

# verbo.

---

Revista da **ABEU** – Associação Brasileira de Editoras Universitárias – n. 5 junho 2009

LIVRARIAS E LIVREIROS  
DE OUTORA E DE HOJE  
**CLAUDIO GIORDANO**

ENTREVISTA COM ANÍBAL  
BRAGANÇA

HISTÓRIA DO LIVRO  
**MARISA MIDORI**

A COLEÇÃO DOCUMENTOS  
BRASILEIROS  
**FÁBIO FRANZINI**

O ACERVO DE ESCRITORES  
MINEIROS A **UFMG**  
**WANDER MELO MIRANDA**

# As palavras e as coisas

Essa nova edição de **VERBO** que agora chega às suas mãos, leitor, dá continuidade ao projeto editorial que norteia nossa revista: falar das coisas do livro, de gente que ama e trabalha com publicações, além de apontar caminho para o mercado editorial brasileiro, principalmente naquilo que tange às editoras universitárias. Nesse sentido, é emblemática a entrevista do professor da UFF e bibliófilo Aníbal Bragança, que discorre longamente acerca das funções do livro na sociedade contemporânea e o papel social das livrarias (e das mega-stores), entre outros tópicos interessantes.

Já a professora do curso de Editoração da ECA-USP, Marisa Midori, traça um instigante painel da história do livro e suas perspectivas de futuro na seção Biblioteca Básica, na qual ela aponta títulos fundamentais para a compreensão e maior conhecimento das ideias encadernadas. Além de Marisa, Fábio Franzini apresenta, na seção Ensaio, a coleção “Documentos Brasileiros”, emblemática na recente história bibliográfica brasileira, que publica nomes como Gilberto Freyre, Octávio Tarquínio de Souza e Afonso Arinos.

Os textos que compõem essa nossa nova edição de **VERBO** são todos autorais, é claro, mas mantêm uma unidade que os torna ainda mais interessantes: todos mostram uma preocupação ao mesmo tempo didática e analítica sobre o livro, seja ele de editoras universitárias ou não, e seu importante papel na formação da cultura e da identidade nacionais. Esse, afinal, é também o papel das editoras que a **ABEU** congrega e apoia, posto que por mais clichê que possa soar hoje em dia, ainda vale a antiga máxima de Lobato: “Um país se faz com homens e livros”. Estamos fazendo a nossa parte.

**PLINIO MARTINS FILHO**  
diretor de comunicação da ABEU

## De novo o fim do livro de papel?

Há pelo menos uma década o fim do livro em papel tem sido sistematicamente decretado, desde que a eletrônica tomou conta do nosso cotidiano. Os e-books, diziam os arautos do apocalipse eletrônico, iriam substituir o livro como o conhecemos há séculos. E nada aconteceu até agora. Mas a ameaça voltou, e o algoz da vez é o Kindle, o novo leitor de e-books da Amazon, a gigantesca loja virtual americana. O Kindle conta com conectividade, pode armazenar até duzentas obras de uma vez e tem o tamanho de um livro pequeno. O preço: US\$ 359. Vai matar finalmente o livro em papel? Provavelmente, não. Mas pode ser uma engenhoca interessante para pesquisadores que viajem muito.

## Novo site da ABEU

Desde dezembro do ano passado está no ar o novo site da ABEU. As maiores atrações do site são a implantação do catálogo unificado de todas as editoras filiadas à associação, com um sistema de busca que ajuda muito o usuário final a encontrar o título que procura; e a possibilidade de as editoras universitárias fazerem sua atualização cadastral online, através do próprio site. O endereço eletrônico da ABEU é [www.abeu.org.br](http://www.abeu.org.br)

## Edusp no Texas e na Califórnia

O presidente da Edusp, professor Plínio Martins Filho, esteve entre finais de abril e começo de maio nas universidades do Texas, em Austin, e da Califórnia, em Davis, para falar com pesquisadores a respeito das editoras universitárias brasileiras e da ABEU. Durante duas semanas Martins Filho viajou pelos campi das duas universidades americanas, conversou com editores e abriu portas para a possibilidade de parcerias e co-edições entre editoras brasileiras e dos Estados Unidos.

# A interminável paixão pelos livros

Marcello Rollemberg



“Um homem que tem dedicado sua vida aos livros, a amá-los e a entendê-los. Assim se poderia definir Aníbal Bragança, português de nascimento mas que há décadas adotou Niterói como sua cidade de fato. Professor da UFF, bibliófilo e pesquisador da história do livro e da leitura – acaba de organizar o II Seminário Brasileiro do Livro e História Editorial - LIHED no Rio de Janeiro e em Niterói –, Bragança teve também, entre os anos 70 e 80, uma livraria que virou pólo aglutinador de escritores e leitores na antiga capital fluminense. A Pasárgada é, até hoje, referência obrigatória para aqueles que vêem nas livrarias uma casa onde o saber e o prazer de ler se encontram, e não apenas um grande empório de livros. Veja a seguir a entrevista que Aníbal Bragança deu a VERBO, na qual fala de, claro, livros, mas também da cultura nacional e da política de leitura no Brasil.

**Você acabou de organizar o II Seminário Brasileiro do Livro e História Editorial – II Lihed. Qual é a importância de um encontro desse tipo para o estudo do livro no Brasil?**

ANÍBAL BRAGANÇA – A importância dos encontros acadêmicos, em geral, é propiciar a divulgação e a troca dos resultados de pesquisas com colegas e alunos, o que pode enriquecer a todos, especialmente quando esses resultados, em forma de artigos e livros, conseguem chegar à sociedade mais ampla, especialmente aos responsáveis pelas políticas públicas da área. No caso do II Lihed sua importância

se revestiu também da dimensão internacional da troca com a presença de pesquisadores de outros países, onde os estudos nesta área estão mais consolidados e institucionalizados. O objetivo principal do Lihed é o fortalecimento do campo multidisciplinar e interdisciplinar de estudos do livro, da leitura e da história editorial no Brasil.

**Você acredita que estudos e pesquisas sobre a história do livro têm crescido no País?**

ANÍBAL BRAGANÇA – A área do livro é uma espécie de prima pobre na história da comunicação, onde a imprensa periódica e a televisão têm tido mais atenção, em parte por alcançarem áreas econômicas mais fortes e de poder político mais efetivo hoje.

Apesar disso, os estudos na área do livro têm crescido, creio que, especialmente, devido à crise da cultura letrada – na busca de superá-la ou mesmo de compreendê-la.

**Mas você acha que há um interesse maior por parte da sociedade?**

ANÍBAL BRAGANÇA – A sociedade brasileira (incluindo as classes dirigentes) pouco conhece da formação da sua cultura letrada, suas práticas editoriais e leitoras. Até recentemente muito pouco se sabia de sua história, suas estatísticas e sua economia. Felizmente isso vem mudando. Só com o avanço dos estudos se poderão perceber as possibilidades e limites para o livro e a cultura letrada em contexto que tem hoje como hegemônico o audiovisual e onde o digital se expande rapidamente. Uma

sociedade tão desigual e multicultural como a brasileira precisa ter esse conhecimento para ajudar a definir onde e como investir para avançar na expansão de uma cultura letrada básica para todos.

**Fala-se muito – já é quase um clichê, na verdade – que no Brasil publica-se muito e lê-se pouco. Você concorda com essa afirmação? O que se pode fazer para inverter essa aritmética perversa?**

ANÍBAL BRAGANÇA – É necessário reavaliar as estatísticas que informam que no Brasil publica-se muito. A não ser alguns *best-sellers* pontuais (em geral produzidos pela sociedade midiática que associa produtos em diferentes mídias, TV, cinema, livro, quadrinhos, jogos virtuais etc., muitas vezes com pitadas de sexo e escândalos), a indústria editorial brasileira tem avançado às custas das demandas de livros escolares, especialmente pelos programas governamentais de atendimento aos pobres.

Edições fora dessas áreas e do vasto e impreciso campo da autoajuda e dos livrinhos para presente, não me parece haver muito o que comemorar nos números de nossa indústria editorial. Em qualidade, sim. Houve grandes avanços, tanto gráfica quanto editorialmente. Mas edições de obras que vão além do imediato e prático, na direção da profundidade e permanência, têm em geral venda muito limitada, como as edições universitárias, onde as tiragens são modestas e os preços altos. E isto se deve em boa parte ao reduzido número potencial de leitores, além das condições que favorecem a indústria da cópia, que são a falta de livrarias e de bibliotecas atualizadas e dinâmicas (além da praticidade que oferece quando o foco é no interesse imediato). Mesmo com números comparativamente altos em relação a outros países, a maior parte da sociedade brasileira pouco lê.

**As novas tecnologias podem ser consideradas aliadas do livro ou um fator que possa fomentar a leitura?**

ANÍBAL BRAGANÇA – É grande a importância das tecnologias, mas penso que no Brasil, onde grande parte da sociedade é alijada do acesso aos bens materiais e simbólicos, o fundamental para o desenvolvimento das práticas leitoras é melhorar a qualidade de vida da população em

geral, melhorar o sistema educacional público, ampliar as bibliotecas e melhorar suas condições de atendimento ao leitor. As novas tecnologias não são aliadas dos livros, ao contrário, elas disputam com os livros o tempo disponível dos usuários e quase sempre ganham, quer por seus atrativos – especialmente o uso de imagens em movimento e a fantástica interatividade que propiciam – quer pelos seus “defeitos”: a instantaneidade (que não permite amadurecimento no processo do conhecimento), a superficialidade, a constante atualização, que faz tudo ser descartado rapidamente.

Entretanto, há algo que não se deve esquecer: mesmo que as novas tecnologias não o favoreçam, o livro é indispensável para todos os que querem ir além da novidade e superficialidade, em busca do aprofundamento, da solidez e da permanência no conhecimento. Mas isto dificilmente se aprende no uso das novas tecnologias e sim com a experiência dos mais velhos e com a própria leitura.

**Já se discutiu muito o “fim” do livro impresso, que seria substituído pelo e-book, por exemplo. Você concorda com isso?**

ANÍBAL BRAGANÇA – Não acredito no fim do livro impresso. Ele continuará sendo produzido e os acervos bibliográficos particulares, nacionais e mundiais serão preservados. Os livros são a memória de milhares de anos de processo civilizatório que atestam o progresso humano e possibilitam que ele continue avançando. Não serão destruídos, como em *Farhehait 451!* Mas não acredito que a leitura de livros passe do impresso para o mundo digital. Não há uma tecnologia melhor para ler textos longos, com possibilidades de ir e vir em diferentes velocidades, mobilidade e economia que o livro impresso. E essa prática implica em processo cognitivo próprio e rico de possibilidades epistemológicas. Mas os novos suportes serão adequados para outras leituras e outros leitores, textos curtos, informações rápidas, pesquisas imediatas, textos e imagens em movimento etc.

**O livro, em sua opinião, ainda pode ser considerado um objeto de desejo, um fetiche – como o veem os bibliófilos – ou seria cada vez mais apenas mais um suporte comunicacional?**

ANÍBAL BRAGANÇA – Tudo o que deixa de ser funcional

vira objeto de coleção. Nesse sentido o livro lido – ou aquele produzido em condições especiais ou em número limitado – favorece o cultivo da bibliofilia. Hoje, que o livro perde função como suporte comunicacional para outros meios, aumenta o espaço para o colecionamento e a formação de bibliotecas-museus, voltados para a preservação de livros raros ou escassos. No entanto, é cada vez mais difícil – e assim, um privilégio – manter coleções particulares, o que será sempre para poucos, os que podem dispor de espaço, tempo para o cuidado, recursos para manutenção constante e interesse para ler o que se coleciona.

**O pesquisador francês Roger Chartier afirmou que a informática e as novas tecnologias inerentes a ela não estariam – como muitos acreditam – recuperando o saudável ato de ler e escrever mais, e sim formando uma nova categoria de alfabetizados e não-alfabetizados. Seria muito mais “excludente” do que, digamos, “includente”. O que você pensa a respeito?**

ANÍBAL BRAGANÇA – Diferentemente de Chartier, creio que o impresso levou a uma ruptura com a cultura do manuscrito, assim como defendo que estamos vivendo outra configuração cultural nascida das tecnologias audiovisuais e digitais. Nesta coloca-se um outro problema que é a necessidade da chamada inclusão digital, cujo desafio maior no Brasil é a grande pobreza da maioria da população, pois não há “resistências” culturais significativas a ela. Ao contrário, as práticas da cultura digital avançam muito mais rapidamente que as da cultura letrada avançaram nos dois últimos séculos em nosso país. Mas o avanço da cultura digital só se dá após, pelo menos, a iniciação no letramento. Assim, em grande parte se confundem os excluídos.

**Você foi durante muitos anos dono de uma livraria em Niterói que se tornou sinônimo de cultura e pólo aglutinador de autores, a Pasárgada. Você acha que as livrarias ainda hoje cumprem esse papel de atração de autores e de debates culturais, como já foram, além da sua, a Duas Cidades e a Cultura, em São Paulo, e a Dazibao no Rio de Janeiro?**

ANÍBAL BRAGANÇA – As livrarias mudaram com as transformações urbanas, as novas sociabilidades e mesmo o fim (?) das utopias. Hoje a tendência das livrarias é se tornarem *shoppings* “culturais” que possibilitam ao consumidor encontrar uma grande variedade de produtos, do jornal ao equipamento eletrônico de som e imagem, passando pelos produtos da cultura digital. Podem até promover alguns encontros de autores e leitores, mas a livraria deixou de exercer essa função, iniciada no Rio de Janeiro, na São José e em S. Paulo, talvez na Teixeira, livrarias emblemáticas de um outro tempo. Hoje inclusive cresce muito a compra

nas livrarias virtuais, com as desvantagens e vantagens da desterritorialização e mundialização.

**As chamadas “mega-stores” do livro tornaram a relação leitor-livro mais asséptica, menos sensorial ou emocional?**

ANÍBAL BRAGANÇA – Acho que seu papel no processo que criou essa realidade é menos ativo e mais uma decorrência das transformações que criaram novas práticas no cotidiano, novas sensibilidades e novos desejos nos consumidores. Foi isso que favoreceu o sucesso de um novo tipo de espaço comercial.

**O que você pensa a respeito das grandes feiras de livros no Brasil, como as bienais do Rio de Janeiro e de São Paulo? Elas cumprem o seu papel de popularizar o livro e criar novos leitores?**

ANÍBAL BRAGANÇA – De tudo resta um pouco, como disse a Cecília Meirelles. Penso que algo pode ficar dos grandes eventos que são as “bienais” do livro que se espalham no país até em cidades menores. Mas seu sucesso se deve em grande parte à precariedade da rede de livrarias permanentes no Brasil. O encontro com o livro, mesmo para os que podem frequentar bienais, acaba ficando sazonal, por conta das atrações de um grande evento de mídia, quando o mais interessante seria as pessoas poderem ir às livrarias com assiduidade para se “abastecer” constantemente.

**Qual o melhor caminho para se formar novos leitores e inocular neles a paixão pelo livro?**

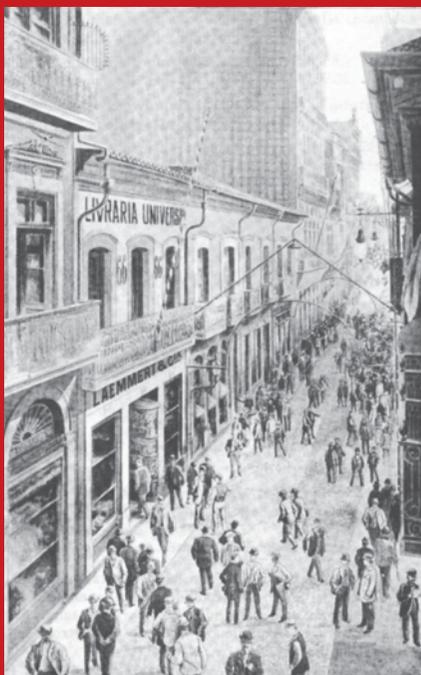
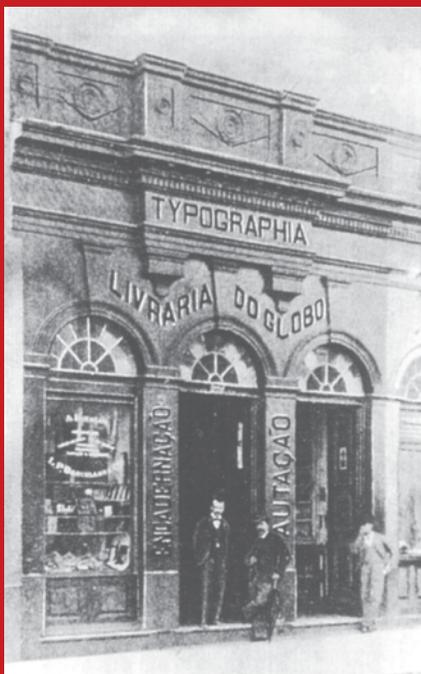
ANÍBAL BRAGANÇA – O amor de mãe (ou pai) que lê histórias para os filhos antes de dormir. A experiência da atenção e do compartilhamento do imaginário, da fantasia, da aventura, através dos livros, me parece ser o melhor ambiente para a formação do leitor e para criar o amor aos livros. Ainda mais que a maioria das escolas só excepcionalmente forma leitores, pois muitas vezes os professores também não são leitores. A exceções, como sempre, existem e devem ser louvadas.

**Como você as políticas públicas do governo para o livro no Brasil?**

ANÍBAL BRAGANÇA – Acho que há pessoas no governo trabalhando efetivamente para se transformarem para melhor as condições de acesso ao livro e às práticas leitoras. Mas não estão no centro do poder e são muitas vezes impedidos de avançar ou mesmo são excluídas, quando são mais “incômodas”. Talvez o caso mais flagrante disso tenha sido o do ex-ministro Cristóvam Buarque, que também é economista, mas só quem está dentro do sistema sabe o quanto é árdua a luta para o governo reduzir um ponto sequer no percentual (criminoso) dos juros que paga ao sistema financeiro, para criar condições de aumentar a capacidade de investimento público em cultura e educação.



Conferência de encerramento do II Lihed com Prof. Roger Chartier (Collège de France)



FOTOS DA ESQ. PARA DIR.

1. Interior da Livraria Garnier, em 1907.
2. José Lins do Rego à porta da José Olympio, na rua do Ouvidor, 110.
3. Fachada da Livraria Leite Ribeiro.
4. Livraria do Globo, em seu primeiro endereço, em Porto Alegre, numa foto de 1883.
5. Fachada da Livraria Teixeira, por volta da década de 1920, depois da mudança da rua São Bento para a rua São João, nº 8.
6. Prédio da Livraria Laemmert, na rua do Ouvidor.

# Livrarias e livreiros de outrora e de hoje

Claudio Giordano

No *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras*, Ubiratan Machado dá continuidade ao trabalho pioneiro, iniciado em *A Etiqueta de Livros no Brasil*, de historiar o comércio de livros em nosso país; seu propósito não é registrar o nascimento e progresso de uma atividade de negócios, e sim delinear o quadro da (precária) disseminação da cultura no Brasil. (Por acaso, deparei-me com esta frase de Otto Lara Resende: "A livraria faz parte da vida cultural de uma nação".)

É com sentimento misto de nostalgia, prazer e tristeza, que percorro as peças desse mosaico, nas quais o elemento comum é o espírito abnegado, senão idealista, das personagens que lhe dão vida. O prazer decorre da leitura amena, que a escrita viva e despojada do autor me propicia, mesmo quando são parcas as informações a transmitir. A tristeza aflora diante do destino das personagens, sempre penoso e quase sempre fadado à extinção. A nostalgia resulta da evocação de tempos tão prenhos de cordialidade e que não mais se repetem.

Nostalgia ainda por lembrar-me (miserável que sou de lembranças) de episódios gratos havidos em cenários como os do sebo Gazeau, da Livraria do Olintho Moura ou do sebo do Lisboa (um dos não figurantes neste *Guia*), ou de passagens de livros lidos e esquecidos. O *vol d'oiseau* de Ubiratan não lhe permitiu, por exemplo, alongar-se no registro de Júlio Ribeiro em *A Carne à Garraux*: depois de rotulá-la de "vasta Babel, livraria em nome, mas verdadeiramente bazar de luxo, onde se encontra de tudo, desde o livro raro, até a pasta de aço feita..."; o romancista descreve a figura (e critica-lhe a obra) de Raimundo Ortigão, na oportunidade em conversa com um dos sócios da casa. É página de sabor delicioso e através da qual se sente de veras o que era o ambiente de uma livraria (ou loja em que também se vendiam livros...)

No Gazeau, por volta de 1976, tive a sorte de encontrar um amarrado de dezesseis volumes empoeirados, mas em perfeito estado, de uma edição pirata da tradução de *As Mil e Uma Noites*, feita por Richard Francis Burton; a sorte foi ainda maior, porquanto nesse momento cuidava da loja o filho do velho Gazeau que, não sabendo do que se tratava, cobrou-me uma pechincha.

Minhas visitas ao Olintho Moura careciam de ser controladas, porque seus preços eram de alfarrabista, e a cada compra ali feita, via-me eu obrigado a passar mais



Pequeno Guia Histórico das  
Livrarias Brasileiras

UBIRATAN MACHADO

**Pequeno Guia Histórico  
das Livrarias Brasileiras  
Ubiratan Machado**

Atêlie Editorial  
264 pág. – R\$ 46,00



Interior da José Olympio, local de encontro e desencontro de escritores.

# Sempre te li, nunca te amei

Rodrigo Lacerda

Prepare seu coração. Acaba de chegar ao mercado um fetiche perverso do mundo editorial. Um livro que reúne mil modalidades das chamadas “cartas de recusa”.

Para quem não sabe, nessas famigeradas cartas os editores, cada um a seu modo, com mais ou menos habilidade, dispensam os originais que autores conhecidos e desconhecidos dirigem à editora em busca de publicação, como náufragos projetando suas mãos aflitas em direção aos rochedos que podem salvá-los da borrasca.

As cartas reunidas nessa joia de humor-quase-negro não são autênticas, é bom deixar claro. Assumidamente inventadas, elas saem da mente manipulativa do escritor Camilien Roy. O título é direto: *A Arte de Recusar um Original* (Rocco, 144 pp.).

Há uma carta para cada um das dezenas de tipos de editor. Assim, o editor de livros eróticos reclama com o autor desconhecido: “Falta foda em sua história”. O editor constrangido balbucia suas desculpas, ao explicar o inexplicável: “Aconteceu um pequeno acidente que lhe diz respeito. O manuscrito que o senhor nos confiou para análise acabou indo parar no depósito de lixo”. O editor conciso, com poucas palavras, explode em um milhão de pedaços o rochedo diante do homem que se afoga: “Lemos e não gostamos”.

Como se pode ver, graças a essa obra “ficcional” os editores têm, pela primeira vez, um porta-voz para transmitir aos escritores que julgam sem talento aquilo que realmente sempre tiveram vontade de dizer. E isso é um caso muito sério.

Vocês talvez estejam achando que é exagerada a correspondência feita linhas acima, entre o autor que deseja ser publicado e um náufrago à beira do afogamento. Talvez lhes pareça que forcei a mão. É compreensível. Quem não é escritor, ou não trabalha com alguma atividade que exija a criação, talvez não consiga mesmo dimensionar corretamente a importância vital que o desejo de ver seu livro impresso e circulando pode ganhar na alma e na vida cotidiana de um escritor. Mas não se enganem. Eu sou escritor e editor; conheço o problema dos dois lados da mesa e sei do que estou falando.

Saibam que para a maioria dos escritores, bons ou ruins, o livro realiza nada mais nada menos que um sonho de imortalidade. O livro é o sumo de sua existência, que precisa ser preservado a qualquer custo. Se ele será considerado uma obra-prima, isso é um segundo momento na



**A Arte de Recusar um Original**  
de Camilien Roy

Editora Rocco  
144 pág. – R\$ 25,00

de mês sem visitar outros sebos. Mas encantei-me por anos naquelas duas pequenas salas arrumadas ao modo europeu, apreciando inúmeras obras que não podia comprar e ouvindo a conversa pausada e boa do livreiro que, embora culto, aborrecia as pinturas de Van Gogh, por achá-las de um desequilibrado mental. Achava-me fora de São Paulo quando Olintho faleceu; conheci-lhe a filha que conduziu a livraria por algum tempo, antes de vendê-la; nesse período adquiri algumas dezenas de obras de edições francesas de primorosa tipografia, realizadas no primeiro terço do século XX.

Lembrava-me vagamente do falecido Néelson Nicolai, doador de cerca de dez mil volumes à Oficina do Livro Rubens de Moraes, ter-me referido que morara em Belo Horizonte. Ao ler no *Pequeno Guia* o verbete “Oscar Nicolai – Belo Horizonte, 1940”, pensei comigo: – deve ter sido o pai de Néelson. Buscando esclarecimento, soube por um dos filhos que, de fato, seu pai residira em Belo Horizonte e trabalhou na livraria de Oscar Nicolai, com o qual todavia não tinha nenhum parentesco: mera e surpreendente coincidência de sobrenome. Foi a iniciação de Néelson Nicolai com os livros, levando-o depois a viver em função deles, como revisor, editor, livreiro e colecionador incansável; além da doação feita à biblioteca da Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes (hoje na Unicamp), deixou aos filhos vasto acervo, no qual se destaca notável conjunto de obras bibliográficas.

Faz-me ainda o *Pequeno Guia* voltar às páginas inesquecíveis em que Humberto de Campos louva o livreiro Uri Zwerling, que na década de 1930, com seu carro, vendia “a retalho, no seu comércio apostólico, a literatura nacional”. Escreve o cronista: “Repleta de livros brochados, provindos de todos os editores do Rio de Janeiro e de São Paulo, a sua carriola pareceu-me toda garrida e festiva. Pendurados por fora, exibindo as capas vistosas, esticavam-se exemplares das últimas obras de ficção ou ciência aparecidas no país. Pregado na face do veículo,

do lado em que me encontrava, um retrato, grande, de Olavo Bilac. E, no interior do carro, em pequenos montes, o estoque da livraria itinerante, representado por algumas dezenas de volumes. À frente do ‘estabelecimento’, a tricicleta que você cavalga e que arrasta a carriola, com o seu sortimento, de um extremo a outro da cidade. [...] soube, dias depois, pelos jornais, a maneira por que você exerce, em alguns bairros urbanos, a sua profissão original. Soube que você aluga livros a quem não pode comprá-los. Soube que você os vende a prestação aos que têm sede de conhecimentos. [...] Continue, pois, Uri Zwerling, o seu comércio generoso e louvável. Espalhe livros. Espalhe-os. A sua carriola, rodando através da cidade, é arado da civilização. As sementes, que ela própria deixa nos sulcos que abre, frutificarão um dia”.

Diz Ubiratan que “este trabalho é apenas um aperitivo. Destina-se a abrir o apetite para aventuras mais amplas, culminando com o sonho de uma história das livrarias brasileiras”. E complementa: “Mas uma história abrangente, em nível nacional, não é missão para um único pesquisador. Exige trabalho de equipe, e só será possível se precedida de monografias regionais, referentes a cada Estado”.

Sei da seriedade persistente com que o autor sai a campo para assegurar-se da exatidão dos dados obtidos, e mais ainda sei do quanto lhe custa em tempo e recursos próprios tal empenho.

Oxalá entidades e institutos culturais públicos e particulares se motivem e direcionem apoio material para projeto que dê continuidade a semelhante dedicação e possibilite a realização desse “sonho”.

De não menor importância será também que o *Pequeno Guia Histórico das Livrarias Brasileiras* estimule a produção de monografias regionais, conforme assinalado por Ubiratan; e senão monografias, crônicas que relatem episódios vividos ou ouvidos, que abram veredas, mais tarde ampliadas em rodovias da história... das livrarias brasileiras.

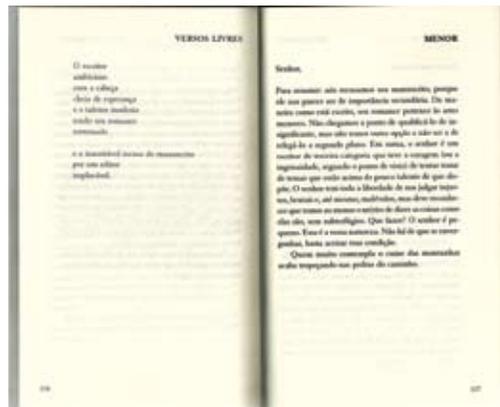
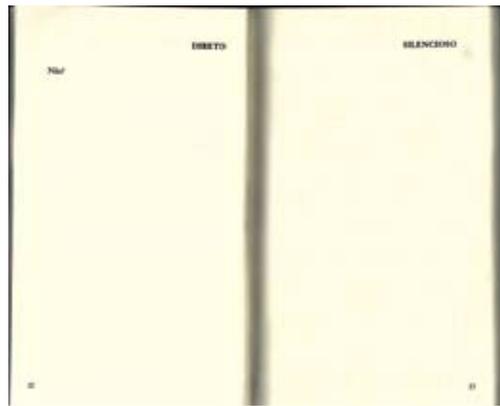
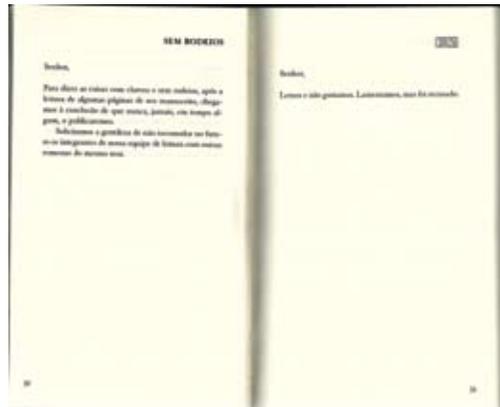
concretização do sonho da vida eterna, mas a publicação é o primeiro passo crucial. Isso não mudou com as novas tecnologias. Postar seu romance num *blog* NÃO é a mesma coisa. A virtualidade é incapaz de fornecer as mesmas garantias da sobrevivência material do texto. E contra a morte, contra o desaparecimento da matéria que sustenta a consciência individual, nada como três mil exemplares com tinta preta sobre papel branco. Livro é livro. Nada é tão permanente. Nem as pirâmides do Egito, que vão sendo corroídas por fungos e lixadas pelas areias do deserto, nem o fausto dos templos da Acrópole ateniense, desbotado pelos séculos e caquerado pelos bombardeios, e nem os pagodes de ouro das casas reais chinesas, senhoras do "império imóvel", isto é, um império onde o tempo supostamente não passava. Se na arquitetura, a mais concreta das artes, a ameaça do desaparecimento é uma ameaça constante, imagine nas outras. O espetáculo teatral vai embora no espaço de algumas horas, os filmes de menos de cem anos atrás hoje são verdadeiros trapos velhos, precisando ser remasterizados e fotochopados, os registros musicais até anteontem arranhavam, chiavam e disparavam pipocos para todos os lados.

Portanto, repito: livro é livro. Só ele é eterno. Então, quando lhe recusam a publicação, o autor ouve a recusa como se o editor estivesse dizendo: "Não vou contribuir para a sua imortalidade, vou barrar a transcendência de sua passagem pela face da terra; você, se depender de mim, permanecerá mortal e medíocre, com sua memória sendo definitivamente enterrada dentro de duas ou três gerações de seus filhos e netos, e todas elas juntas não serão mais que um espirito do carona no banco de trás do rolo compressor da história".

\* \* \*

Está compreendida a gravidade do assunto de que estamos falando? Então continuemos, mas vamos complicar um pouco as coisas. Afinal, em tudo nessa vida há sempre um outro lado. Os estereótipos nos acostumaram a entender a relação escritor x editor a partir de uma oposição maniqueísta: criação x cobiça, amor x competitividade, sensibilidade x pragmatismo. Nesses termos, o escritor tem sempre um quê masoquista, pois vive sendo maltratado e insiste em continuar tentando, enquanto o editor é sempre o sádico que provoca a dor alheia por interesses menos nobres. Seria possível, por um minuto, invertermos a situação? Falamos de escritores sádicos x editores que sofram calados?

Se você é escritor e já teve seu livro recusado, isso vai parecer incrível, inaceitável, ofensivo até, mas, em sua ficção travestida de documentação, o livro de Camilien Roy sugere, nas entrelinhas, que o fato de um editor recusar o seu livro não o transforma automaticamente em um canalha. E portanto não há, necessariamente, motivo para que você o transforme num desafio irresgatável. Pode até haver motivo, mais isso não é obrigatório.



Quanto editores, por exemplo, já não se viram no difícil papel do já citado editor constrangido, tendo de dizer a um autor que os originais de seu livro, enviado seis meses antes via sedex – registrado, embalado, lambido, penteado, esfregado e, claro, carimbado pela Biblioteca Nacional, como se os demais habitantes do globo terrestre estivessem loucos para plagiar-lo –, não foi lido e, ninguém sabe como, simplesmente desapareceu dos escaninhos reservados aos volumes submetidos espontaneamente à análise da editora? Muitos editores, centenas de milhares, milhões; acreditem. Qualquer profissional já passou por isso. Não há uma boa casa do ramo em que esse controle sobre originais recebidos não tenha falhado alguma vez, criando a saia-justa mais desagradável de todas. E muitos desses editores – pasmem, escritores de todo o mundo – anunciam o “incidente” com o coração sinceramente partido.

Mas isso apenas provaria que o editor não tem necessariamente prazer em fazer o escritor sofrer. Não provaria que o escritor, este sim, muitas vezes se compraz em constranger e espremer psicologicamente o editor em potencial.

Certa vez, ouvi de um editor mais velho o seguinte conselho: “Quando o autor de um péssimo original lhe pedir sua opinião sincera, minta, minta deslavadamente. E nessa hora, se ele acrescentar que você pode ser duro, pois se julga preparado para lidar com a crítica, saiba que você está correndo risco de vida”. Um conselho desses não nasce do nada. Corre de boca em boca nas reuniões editoriais porque os editores vivem sob a constante ameaça do ódio e/ou do desprezo dos escritores. Desprezo sim, pois se o editor não soube reconhecer a genialidade daquele romance inédito, a originalidade estilística sem par, a radicalidade daquela estrutura narrativa que, se publicada, revolucionará a história da literatura, então esse editor é simplesmente um obtuso mercador de livros, destituído de qualquer sofisticação intelectual e estética, que poderia muito bem dirigir uma fábrica de salsichas.

Há uma outra hipótese para explicar a relutância dos editores em falar a verdade, cara a cara, para os autores recusados. O fato de um editor fugir do confronto e evitar uma exposição sincera dos motivos que o fizeram desgostar do original pode querer dizer que ele não leu o livro do pobre-coitado do escritor. O editor, nesses casos, prefere mentir não por medo da reação imediata e do ressentimento eterno de um autor, mas porque simplesmente não cumpriu o seu dever de casa mais elementar. Em geral isso até é verdade, mas não quer dizer muita coisa. Como assim? É simples: um bom editor, alguém de olho treinado (ou condicionado pela profissão), não precisa ler mais do que algumas páginas para saber se um original merece virar livro ou não. Não é arrogância, muito menos insensibilidade, pelo contrário. É uma sensibilidade superdesenvolvida pelo uso cotidiano. Assim como

ele recusa um livro tendo lido não mais que dez, quinze páginas, ele também contrata livros com essa quantidade de páginas percorridas. Em se tratando de um livro de ficção, quando o estilo do escritor é muito marcante, o desenvolvimento da história nem importa muito. O autor pode escrever bem o suficiente para poder se dar ao luxo de desenvolver mal os enredos.

Acrescento ainda:

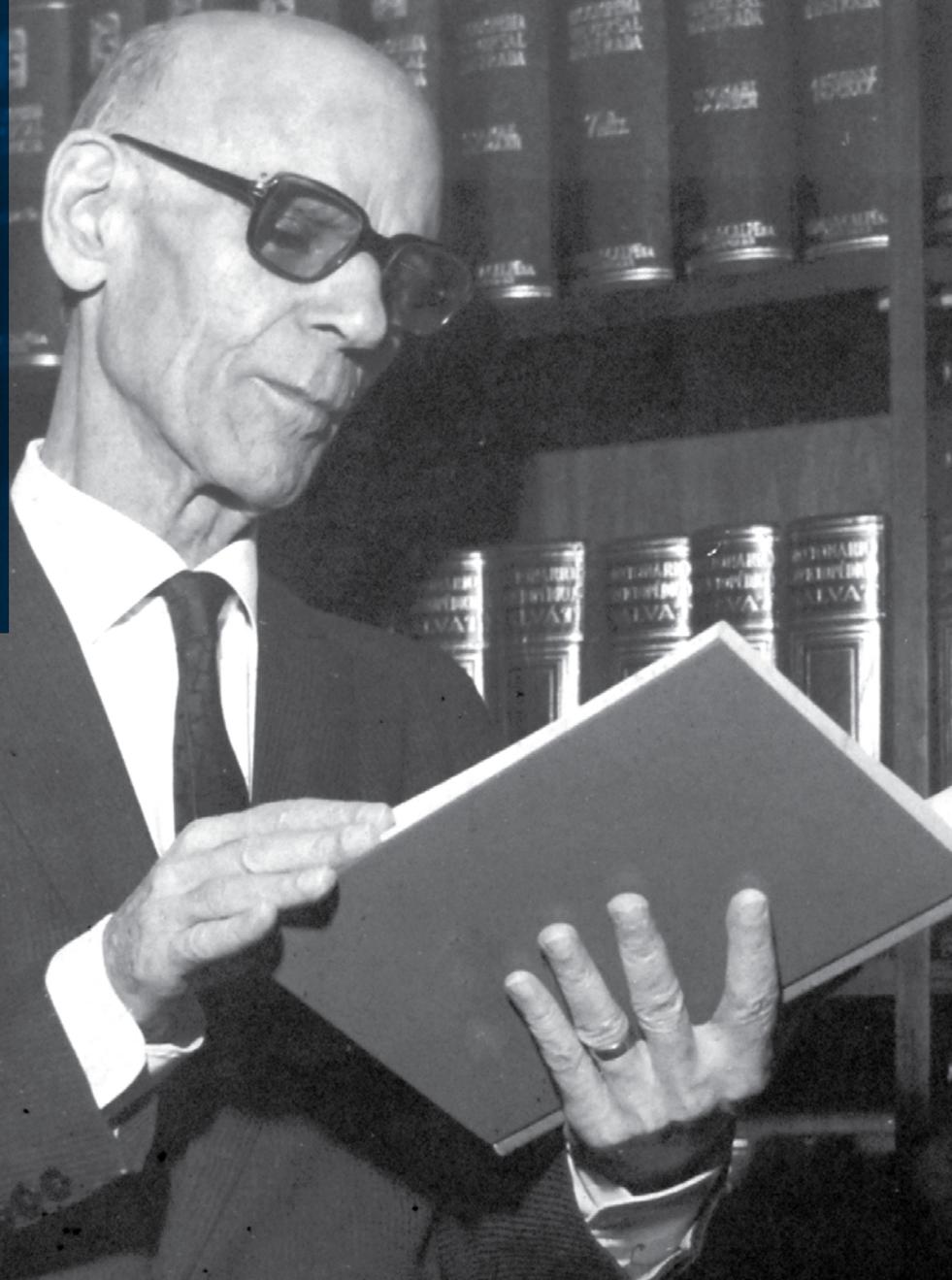
## a seleção que um editor faz é igualmente fruto de sua criação pessoal, assim como o livro terminado é para o escritor.

E, queiramos ou não, o editor tem direito e a obrigação de compor seu catálogo com os livros em que acredita, assim como o escritor tem o direito de preferir fazer um romance histórico a uma novela policial.

Contudo, mesmo teoricamente autorizados a exercer esse direito de escolha, os editores vivem intimidados e receosos de explicitar a sua recusa. Para evitar fazê-lo, submetem-se à tortura psicológica dos escritores. Para se proteger, quando não mentem “deslavadamente”, calam. Silenciam. Desaparecem. Passam a existir numa realidade paralela na qual as reuniões emendam umas nas outras, permanentes e diuturnas, não lhes deixando um minuto disponível para responderem cartas, emails ou telefonemas.

Os escritores, e me incluo nisso, naturalmente que acham essa atitude desprezível, covarde, abjeta mesmo. Mas, nesse exercício de “virar a mesa” dos estereótipos, seria o caso de fazermos a seguinte pergunta: por que, depois de quatro, seis, oito meses, até um ano inteiro, o escritor continua achando razoável constranger o pobre editor, que muitas vezes nem dono da empresa é, a dar uma resposta? O ditado não diz que “Para bom entendedor, meia palavra basta”? Então, o que dizer de nenhuma palavra! O autor, que ao lidar com as sutilezas da alma humana deveria saber a importância do silêncio, faz-se de desentendido, e vinga sua dor de cotovelo sem dó nem piedade, na base do constrangimento e do assédio onipresente.

A responsabilidade que um escritor joga nos ombros de um editor é grande demais para ser vivida intensamente todas as vezes. É preciso se insensibilizar, é preciso que os editores tenham a coragem de se revoltar. Daí as cartas de recusa idiossincráticas que lemos em *A Arte de Recusar um Original*, e daí o fato de que, sejam elas do editor pornográfico, constrangido ou conciso, ou de qualquer um dos vários outros tipos de editor, nunca haverá maneira não dolorosa de recusar um original. Seja a sua avaliação negativa expressa pelo silêncio, ou de forma lacônica, ou mesmo num parecer detalhado, o caldo no náufrago é o mesmo.



# MEMÓRIA DO FUTURO

Wander Melo Miranda

Uma parábola de Murilo Rubião, guardada numa pasta que tem como etiqueta “Anotações antigas para contos improváveis”, diz muito do trabalho do escritor e do pesquisador de seu acervo. O texto chama-se “Documento”.

Levou a vida inteira decifrando um documento. Palavra por palavra. Cinquenta anos em cima do documento. Um dia, alguém lhe diz: Sabes que levaste a vida toda em cima deste papel, que estás velho e morrerás dentro em pouco. O ancião olha o rosto no espelho, acaricia os cabelos brancos. Pega no documento, sacode-o, e volta a decifrá-lo.

Esse e vários outros “documentos” fazem parte do Acervo de Escritores Mineiros da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais ([www.ufmg.br/aem](http://www.ufmg.br/aem)). Os acervos são fruto da generosidade de familiares e amigos que doaram livros, manuscritos, fotos, quadros, mobiliário e objetos pessoais de Henriqueta Lisboa, Murilo Rubião, Oswaldo França Júnior, Cyro dos Anjos, Abgar Renault, Octavio Dias Leite, Wander Piroli, Fernando Sabino, José Maria Cançado. Há ainda coleções especiais de Aníbal Machado, Alexandre Eulalio, José Oswaldo de Araújo, Valmiki Vilela Guimarães, Genevieve Naylor, Ana Hatherly. São cerca de 30000 livros e 27000 documentos.

O apoio constante do CNPq e o aporte financeiro da FINEP acrescentaram à generosidade dos doadores a confiança institucional necessária para levar adiante um projeto dessa natureza. Há vinte anos um grupo de docentes, alunos e funcionários dedica-se à tarefa de organizar e preservar para as gerações futuras um patrimônio valioso para a memória do país. O espaço, além de atender em excelentes condições pesquisadores de várias partes do Brasil e do exterior, funciona como um museu vivo da literatura, aberto à visitação da comunidade em geral, especialmente alunos do ensino médio e fundamental que, por meio de visitas guiadas, entram diretamente em contato com o ambiente de trabalho dos escritores e com o processo da escrita literária.

**Todo ato de preservação de patrimônio cultural relaciona-se à capacidade de mobilização regional e nacional de recursos intelectuais, técnicos e financeiros com vistas ao bem comum.**

Para tanto, requer-se a elaboração de uma metodologia adequada à pesquisa em fontes primárias, a organização de dados levantados em áreas de interesse específico de trabalhos futuros e em andamento, bem como a análise – a rigor interminável – do material pesquisado. A consolidação de uma memória literária no Brasil depende de uma perspectiva interdisciplinar de estudo da atuação de certos grupos de escritores e da determinação do papel desempenhado por eles na formação de vertentes diferenciadas da tradição cultural, levando-se em conta seu maior ou menor grau de intervenção na produção literária da atualidade.

Essa perspectiva reveste o trabalho com os acervos de uma premente atualidade que se expressa, ainda, pelo agenciamento de significações suplementares, capazes de estabelecer intervenções pontuais e atividades interpretativas singulares no âmbito do material à disposição do pesquisador: Se atribuir sentido a um “texto” é conectá-lo a outro, é construir um *hipertexto*, o sentido será sempre móvel, em virtude do caráter variável do hipertexto de cada interpretante – o que importa é a rede de relações estabelecida pela interpretação. Daí a justificativa maior do trabalho em grupo, da pesquisa integrada, pois a função mais relevante do grupo é a de reunir os textos, comentários e anotações, fazendo-os proliferar e alargando suas potencialidades de sentido.

Ao modelo privilegiado pelas atuais memórias eletrônicas, o da *clavis universalis*, suscetível de exprimir toda e qualquer linguagem, o trabalho arquivístico assim concebido propõe uma perspectiva de elaboração da diferença cultural, capaz de dar conta de maneira mais eficaz tanto dos movimentos gerais de atribuição de sentido, quanto dos que se constituem no âmbito das particularidades intransferíveis. Sirva de emblema da interlocução postulada o trabalho com o manuscrito de escritores: o manuscrito é dado de arquivo, permanece arquivado, porque sem valor-notícia ou valor-novidade no sistema contemporâneo de troca de informações, no qual o acúmulo tem valor mais forte do que o acumulado. Inserir o manuscrito nesse circuito é instaurar a “lentidão” do tempo histórico da escrita no tempo real da mídia, abrindo novas redes de conexões e novos horizontes de leitura.

É emblemático dessa situação o caso de Proust. Para melhor ressaltar a tessitura da obra literária e o ilimitado da reminiscência, Walter Benjamim refere-se às provas da *Recherche*, que Proust devolveu ao editor Gallimard sem nenhuma correção gráfica, embora escritas até a margem, totalmente preenchidos os espaços em branco por um novo texto. Resgatar tal procedimento, hoje, diante dos volumes publicados de Proust, ou de qualquer outro escritor, é restituir ao texto sua gestualidade perdida de escritura, sua dinâmica de transformações, acréscimos, subtrações e apropriações. É como se numa ampla rede discursiva cada variante fosse um ponto de inúmeras conexões, um rizo- ma cuja visibilidade o texto final não deixa entrever.

O ato de recuperação mnemônica efetuado desloca a noção de texto como produto acabado ou integridade absoluta para a de escrita, entendida enquanto memória espacializada, cujos contornos são fruto não de um sentido pleno ou de uma versão definitiva, mas de um *jogo de intensidades*, marcado pela força de significação que cada elemento vai adquirindo no conjunto significativo que é o texto concluído e, nesse sentido, nunca terminado. Assim, a gênese textual deriva de articulações e construções lógicas que vão se fazendo *après-coup*, da perspectiva de uma temporalidade não-linear; anti-evolucionista, expressa por uma mnemotécnica capaz de se traduzir sob a forma de uma organização arquivística.

É para esse ato de recuperação mnemônica do futuro que cada um e todos estão convidados a participar.



página e meia de opiniões publicada no *Anuário Brasileiro de Literatura* de 1938, em comemoração aos cem números editados. Em meio a considerações mais elaboradas e outras nem tanto, talvez a mais expressiva fosse a de Nelson Werneck Sodré, então crítico do *Correio Paulistano*, para quem a série representava “um dos acontecimentos mais notáveis da vida mental do país. Esse esforço único, que constitui uma realização integral de programa bem delineado, marca uma época nos estudos das coisas nacionais”<sup>1</sup>:

Os leitores “comuns”, em contrapartida, pareciam ainda não ter desenvolvido a mesma sensibilidade. Na avaliação da própria Companhia Editora Nacional, a “elite apreciadora dos trabalhos de cultura” acompanhava com interesse o desenvolvimento da coleção; no entanto, apesar de seu “animador aumento nestes últimos tempos”, ela ainda era “uma minoria” frente “a massa”, cujas preferências recaíam sobre a “literatura de ficção, que distrai sem fazer pensar”<sup>2</sup>. Apesar desse descompasso entre públicos obviamente se refletir nas vendas, a empresa seguiu firme com seu projeto, comprometida antes com o lucro simbólico que com o lucro financeiro propiciado pela Brasiliana<sup>3</sup>.

Pois não soa absurdo dizer, por paradoxal que pareça, que para José Olympio esse valor simbólico falou mais alto que a caixa registradora ao pensar a sua própria coleção de estudos brasileiros. Afinal, tal como Monteiro Lobato, que na década anterior sonhara inundar o país com uma chuva de livros, ele também atribuía uma dimensão civilizadora ao seu trabalho – tanto que faria famosa a frase lobatiana que adotara como lema de sua editora: “um país se faz com homens e livros”. De modo pretensioso e sem qualquer ingenuidade, ele acreditava nisso, assim como boa parte dos editores da época, como Octalles Marcondes Pereira, Augusto Frederico Schmidt, os irmãos Pongetti, Henrique Bertaso. O seu diferencial, porém, estava no empenho com que levou adiante esse ideal, do qual nasceu, inclusive, a imagem heroica e mítica de um personagem acima do bem e do mal, cujos atos se explicavam sempre em nome do Brasil.

---

### **A concepção da Coleção Documentos Brasileiros, portanto, expressa muito do espírito da época e, em particular, dos interesses e ideais patrióticos de seu editor.**

---

Mas seria um engano limitá-la a isso, pois uma boa dose de tino para os negócios também a orientou desde sua idealização, a começar da escolha de Gilberto Freyre para a sua direção. O jovem intelectual pernambucano, àquela altura já consagrado pelo sucesso avassalador de *Casa-Grande & Senzala*, publicado havia apenas três anos, garantiria respeitabilidade e prestígio imediatos ao projeto, além de representar a “novidade” e a “brasilidade” que José Olympio tanto prezava em seus autores. Ao mesmo tempo, sua sólida formação intelectual asseguraria a avaliação criteriosa dos títulos a serem lançados e, por extensão, a solidez e a identidade da própria coleção.

Do ponto de vista de Freyre, a oferta era irrecusável. Não bastasse a considerável remuneração, ela também representava a oportunidade de ocupar uma posição privilegiada dentro de uma das principais editoras do país e, conseqüentemente, dentro do limitado circuito nativo de produção e circulação de ideias. Embora a empresa preservasse o direito de não publicar aquilo que julgasse “sem base comercial”, os termos do contrato lhe garantiam autonomia total na definição dos títulos, pois estabeleciam que nela só seriam editados os textos aprovados pelo diretor, sem impor qualquer outra condição ou restrição<sup>4</sup>. Na prática, isto não apenas abria um novo espaço para seus futuros livros como, sobretudo, se configurava como uma possibilidade concreta de ampliar para além de sua própria obra os seus esforços no sentido da renovação do conhecimento sobre o Brasil. Mais que um autor, ele agora assumia o papel de legitimador de outros autores, e não

deixaria de aproveitá-lo para estabelecer um programa de ação centrado em seus próprios interesses intelectuais.

---

### **A correspondência entre o Rio de Janeiro e Recife no decorrer de 1936 mostra bem como os interesses empresariais, acadêmicos e culturais se fundiam no projeto da coleção.**

---

Em 4 de julho, escrevendo a José Lins do Rego, recém-estabelecido na Capital, Gilberto discute o que parece ser uma sugestão do amigo, a inauguração da coleção com um livro do diplomata e historiador Alberto Rangel. “Acho ótimo”, dizia ele, “um livro do Rangel na coleção, mas o 1º acho que deve ser o de Sérgio – por ser um estudo inteiro, sério e profundo sobre um só assunto, e por já figurar como o primeiro na introdução que escrevi e remeto por seu intermédio”<sup>5</sup>. Sérgio, no caso, era Sérgio Buarque de Holanda, crítico literário, professor-assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea na novíssima Universidade do Distrito Federal e seu velho amigo. Pelos elogios tecidos ao trabalho, pode-se perceber com clareza que seu valor estava em seu caráter monográfico e analítico, bem de acordo com os novos saberes esperados pelo diretor. Tão bem que, mesmo se tratando da obra de estreia de um autor novo, de pouco nome público, Gilberto Freyre lhe havia assegurado de imediato o privilégio de abrir a Documentos Brasileiros, como se deduz do argumento pragmático com que encerra o assunto junto a José Lins.

Muito corajosa sob o aspecto editorial, a atitude parecia não deixar dúvidas sobre qual seria o espírito da série. Se ela causou temor em José Olympio, o editor soube disfarçá-lo muito bem, pois em nenhum momento da correspondência com Freyre deixa transparecer qualquer preocupação com um eventual fracasso comercial. Ao contrário, ele se envolve com entusiasmo na realização do projeto, atento a autores e títulos,

incluindo o próprio responsável pela coleção, a quem escreve em 15 de julho apenas para perguntar como andava o livro em que então trabalhava, *Nordeste*. Sem rodeios, deixava claro que, “como você não pode deixar de imaginar, gostaria que fosse ele dos primeiros a sair dos ‘Documentos Brasileiros’”<sup>6</sup>.

Às vésperas da coleção ser lançada, José Olympio mal podia conter a expectativa. Em carta datada de 10 de outubro, ele não escondia a satisfação com o resultado de sua produção, e contava com orgulho ter mandado fazer “vinte exemplares fora de comércio, sendo dez para a Casa e dez para o autor; além dos que ele já tem [...] em papel comum”. A capa também lhe agradara bastante, e estava certo de que com Freyre não seria diferente. Por fim, estava feliz ainda porque a continuidade imediata da série estava garantida, com os originais das *Memórias*, de Oliveira Lima, já na tipografia e com publicação prevista até janeiro, juntamente com *No Rolar do Tempo*, de Alberto Rangel; em seguida, “ainda no primeiro trimestre de 37”, sairia *Memórias de um Senhor de Engenho*, de Julio Bello, e, talvez, a biografia de Bernardo Pereira de Vasconcellos escrita por Octavio Tarquínio de Sousa. Oliveira Vianna comunicara que não mais prepararia o livro esperado, mas ainda havia a “tradução magnífica” da *Viagem a São Paulo*, de Saint-Hilaire, feita por Rubens Borba de Moraes e A. Couto de Barros<sup>7</sup>.

Quando esta carta chegou a Recife, os 3000 exemplares de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, já estavam nas livrarias, ao preço de dez mil-réis cada. Como observara o editor, o aspecto material da obra era mesmo digno de elogio, em especial sua capa, feita pelo artista plástico Tomás Santa Rosa, notável colaborador da “Casa”. Na cor clara do papel-cartão característico das encadernações da época e com as letras em um suave tom de marrom, ela trazia no topo o nome da coleção e, separada por um filete verde e em corpo um pouco menor, a inscrição “dirigida por Gilberto Freyre”, seguida do número do volume e do nome do autor; pouco abaixo, quase no meio da folha, o título do livro, este em grandes,



porém proporcionais, letras verdes. No exato centro da página não havia nada, mas a sensação de vazio era evitada pelo desenho de uma discreta palmeira, o símbolo da coleção, que, no mesmo tom de marrom das letras, dominava praticamente toda a sua metade inferior, completada pelo sinete “Livraria José Olympio Editora”. Diferentemente da Brasileira, cujas capas chamativas eram tomadas por um mapa do Brasil pontilhado de estrelas, em cores que variavam para cada título da série,

**a primeira impressão que se tinha do livro era a de equilíbrio e objetividade – o mesmo que o leitor, ao abri-lo, encontraria reivindicado para a coleção no prefácio de Gilberto Freyre.**

O texto de Freyre, intitulado justamente “Documentos Brasileiros”, principiava por vinculá-la ao momento vivido pela intelectualidade nacional. Buscando no contexto a sua legitimação, ele ressaltava ainda o papel e a importância de José Olympio no cenário das transformações que então ocorriam. Em suas palavras, a série surgia para “trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio. O característico mais saliente dos trabalhos a ser [sic] publicados nesta coleção será a objetividade. Animando-a, o jovem editor José Olympio mais uma vez se revela bem de sua geração

e do seu tempo. Ao interesse pela divulgação do novo romance brasileiro ele junta agora o interesse pela divulgação do documento virgem e do estudo documentado que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos da nossa formação ou da nossa atualidade. Não podia ser mais oportuna nem mais feliz a sua iniciativa”.

Sobre o volume de estreia, ele representava a “afirmação vitoriosa” das “qualidades” e do “gosto” de seu autor; “uma daquelas inteligências brasileiras em que melhor se exprimem não só o desejo como a capacidade de analisar, o gosto de interpretar, a alegria intelectual de esclarecer”. Todavia, como o intuito daquela apresentação não era falar do livro, a voz autorizada do diretor rapidamente voltou ao plano geral da Documentos Brasileiros. Primeiro, destacava não se tratar “de uma aventura editorial, mas de uma coleção planejada e organizada com o maior escrúpulo e com todo o vagar, visando a corresponder não só às necessidades do estudioso como à curiosidade intelectual de todo brasileiro culto pelas coisas e pelo passado do seu país”. Na seqüência, passava a discorrer sobre os trabalhos a serem nela publicados: memórias, biografias, livros de viagem e de expedições científicas ao Brasil, relatórios de época, “documentos e estudos sobre os vários traços de influência estrangeira [...] que se encontram em nossa formação social e étnica”, “estudos documentados sobre as nossas populações atuais”, traduções. Todo um material, enfim, “tão rico e de um valor tão evidente para a compreensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos atuais mais significativos”<sup>8</sup>.

À primeira vista, a semelhança com a Brasileira era flagrante. Talvez por isso, como já

notou a antropóloga Heloisa Pontes, Gilberto Freyre se esforçasse em destacar a sua singularidade, trocando qualquer alusão à agora concorrente pela ênfase no planejamento e na organização de José Olympio<sup>9</sup>. No entanto, a diferença crucial entre elas não estava nesse aspecto, até porque, como Freyre e seus leitores bem sabiam, a série da Nacional também primava por uma estrutura bem pensada e executada. A essência da nova coleção revelava-se em seu comprometimento com aquilo que trazia já no próprio nome e que era várias vezes repetido no texto de apresentação: o documento. Desencavado do passado ou produzido no presente, em “estado quase bruto” ou analisado de forma criteriosa, ele estaria na base dos trabalhos a serem publicados, como era dito praticamente a cada parágrafo. O propósito era, parece claro, a afirmação de um conhecimento *verdadeiro* sobre o Brasil, do conhecimento do Brasil *real*, fundamentado não em reconstruções ou especulações superficiais e estereis, e sim em interpretações *comprováveis* a seu respeito.

**Numa palavra, tratava-se de afirmar o conhecimento científico sobre o Brasil, elaborado por especialistas que davam “vida” aos documentos para juntá-los “à história social do brasileiro”.**

Para os leitores da época, não era difícil perceber o quanto tal perspectiva emulava o trabalho do próprio Freyre. Ao contrário, podia-se ouvir com facilidade no prefácio a *Raízes*

do Brasil os ecos de *Casa-Grande & Senzala* e de *Sobrados e Mucambos* (este também publicado em 1936), a começar da atenção dedicada ao caráter histórico das já mencionadas memórias, biografias, livros de viagem e toda “uma variedade de material em grande parte ainda virgem”. Também a “história íntima” do Brasil, reivindicada na abertura de sua primeira obra, reaparecia na referência àqueles “que procuram conhecer o passado brasileiro na sua maior intimidade”. Ou então o acento no caráter diversificado da história e na necessidade de abordá-la com “humildade diante dos fatos”, porém sem deixar de quebrar a sua rigidez para assim “humanizá-los”, ideias essas que perpassavam todos os textos em questão, ora de modo explícito, ora implícito.

Por conseguinte, nada mais lógico que os nomes elencados como colaboradores da coleção tivessem também grande afinidade intelectual ou profissional com seu diretor. Tal qual Sérgio Buarque, muitos deles eram seus amigos pessoais, como Octavio Tarquínio de Sousa, Olívio Montenegro, Afonso Arinos de Melo Franco, Rüdiger Bilden, Manuel S. Cardoso, entre outros. Alguns, inclusive, já haviam merecido menção nos trabalhos anteriores de Freyre, tanto pela ajuda e amizade quanto pela importância de seus estudos em desenvolvimento, os mesmos que agora se anunciavam para breve na Documentos Brasileiros. Dos que não eram tão próximos, havia pesquisadores notórios pelo seu domínio de temas específicos, em geral mais velhos e institucionalmente estabelecidos, como Rodolfo Garcia e Afonso d'Escagnolle Taunay; professores-investigadores ligados às modernas ciências sociais e ao meio acadêmico, casos de Heloisa Alberto

verbo.

verbo.

Torres e de Donald Pierson; e, o que talvez pudesse parecer surpreendente aos leitores da época, até um autor duramente criticado em *Casa-Grande & Senzala*: Oliveira Vianna. Finalmente, mesmo os estrangeiros como Roy Nash, Theodor Koch-Grünberg, Konrad Guenther, J. F. Normano, Pierre Deffontaines e Percy Alvin Martin, cujas obras se pretendia traduzir, podiam ser encontrados quase todos pelas páginas dos dois livros de Gilberto Freyre, a ajudá-lo a fundamentar suas análises.

---

### **A arquitetura da coleção mostrava-se assim uma bem planejada extensão da casa-grande intelectual construída pelo historiador-sociólogo pernambucano.**

---

E, em sua própria avaliação, a pedra fundamental fora lançada com sucesso: em nova carta a José Olympio, datada de 10 de novembro, Freyre lembrava que “o nosso Lins [José Lins do Rego], que está aqui por uns dias, já lhe mandou dizer por telegrama que a minha impressão do 1º livro da nossa coleção foi a mesma que a dele: ótima. V. está de parabéns. Acho que o tipo do texto – para não falar no feitio da capa, tão feliz – deve ser mantido. É tão claro, sóbrio, elegante. Não tenho dúvidas: vai ser; já é, uma coleção vitoriosa”<sup>10</sup>.

A atenção de Freyre ao projeto gráfico do volume inaugural não era gratuita, sequer irrelevante. Como autor, ele tinha plena consciência de que um *livro*, por melhor que fosse o seu conteúdo, não era apenas *texto* – e se, no caso da coleção, os textos estavam sob seu controle, o processo que os transformava em livros, não. Diante da alta qualidade material de *Raízes do Brasil*, sua satisfação estava completa. Além disso, a confiança no êxito da série agora lhe permitia desdobrar o zelo em outras atividades também importantes para reforçar, ou consolidar, o seu sucesso. Uma delas despontava ao final da mesma carta, quando pedia ao editor que enviasse “os livros da coleção e os de Lins”

para o historiador Percy Alvin Martin e para os antropólogos Rüdiger Bilden e Melville J. Herskovits, nos Estados Unidos. Amigos e interlocutores de Freyre, todos os três eram nomes muito respeitados no meio acadêmico daquele país e estudiosos da América Latina e de questões raciais, características que revestiam a cortesia da intenção de divulgar e, pretensamente, *legitimar* a Documentos Brasileiros entre a moderna ciência social norte-americana, berço intelectual do seu próprio diretor.

Ao lado das relações públicas e da afirmação externa da coleção, havia ainda que dar continuidade à sua edificação, tarefa nada simples. O contato direto ou indireto com potenciais autores, apesar de constante, nem sempre se mostrava frutífero, e por razões às vezes bem prosaicas: em carta de dezembro de 1936 a Freyre, Rodrigo Melo Franco registrava em *post-scriptum* ainda não ter conseguido falar com Prudente de Moraes Neto sobre “a possibilidade dele escrever uma história da literatura brasileira para os Documentos Brasileiros”, mas adiantava achar “pouco provável que ele possa aceitar o convite, pois não tem agora tempo para nada desde que passou a trabalhar como secretário do pai na Light”<sup>11</sup>. Ademais, a desistência de Oliveira Vianna – que, além de mencionado no prefácio de *Raízes do Brasil*, como visto, tinha abortado *Os Tipos Étnicos do Brasil* também anunciado na contracapa do volume entre os próximos lançamentos da série – demonstrava que nem mesmo o comprometimento prévio de um autor podia garantir o aparecimento de seu livro. Tudo isso sem considerar ainda que não se tratava somente de nomes, pois tão importante quanto eles era a sua adequação ao perfil da coleção ou às expectativas de seu diretor (o que, em geral, dava no mesmo), como mostram duas cartas trocadas entre José Olympio e Gilberto Freyre ainda em 1936.

Na primeira, datada de 16 de dezembro, o editor perguntava se poderia “programar na nossa coleção o livro do Eloy Pontes sobre Euclides da Cunha e o do Agripino [Grieco] sobre romancistas. O primeiro do Eloy sobre [Raul] Pompeia foi elogiadíssimo pela crítica, o que v. não ignora. Se

saírem fora da coleção não alcançarão o mesmo sucesso. Mas você é quem sabe e dirá com a maior franqueza. Nada de constrangimentos”<sup>12</sup>. Três dias depois, Freyre escrevia sua resposta, na qual argumentava: “Quanto aos livros do Eloy e de Agripino, tanto um como o outro têm nome e dariam assim brilho à coleção. Mas é preciso notar o seguinte: a coleção tem o seu caráter, os seus limites, os seus fins precisos e é preciso que o livro que saia como Documentos Brasileiros corresponda àquele caráter e àqueles fins. Se o Euclides do Eloy for como o Pompéia – com aquele luxo de documentação virgem –, corresponde. Seria necessário examinar este ponto para lhe poder dar uma resposta conscienciosa. Quanto ao livro de Agripino, temo que, pelo seu caráter de crítica impressionista, não corresponde. Isto nada reflete de desfavorável sobre o livro – é uma questão de ser ou não ser – do ponto de vista, vamos dizer técnico – do caráter da coleção. O próprio livro que Olívio Montenegro está escrevendo receio às vezes que não se preste à coleção – embora seja um livro interessantíssimo, segundo tudo indica (ainda não li). Mas estou falando sobre o caso um pouco aereamente, sem saber ao certo o que são os livros de Eloy e de Agripino. Sobretudo o de Agripino – do qual V. só me dá o título, que fiz supor livro impressionista, no gênero dos que ele escreve admiravelmente e como ninguém no Brasil”<sup>13</sup>.

Sem se excluírem entre si, a diferença entre as falas estava no foco que cada uma lançava sobre a Documentos Brasileiros.

---

### **Para José Olympio, ela [a coleção] era portadora de um valor que se sobrepunha ao dos livros que reunia e, por isso, catalisadora da sua recepção,**

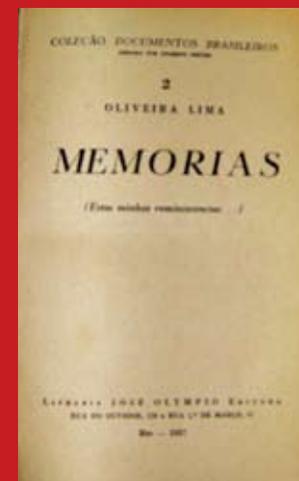
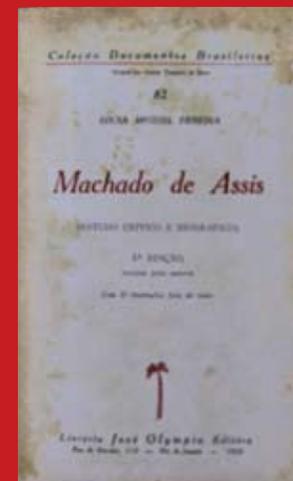
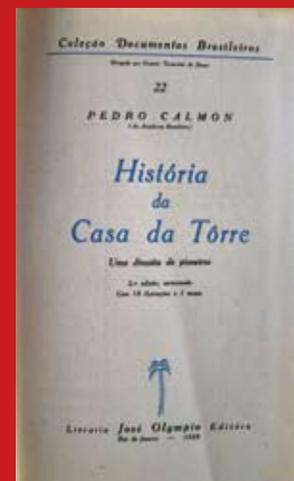
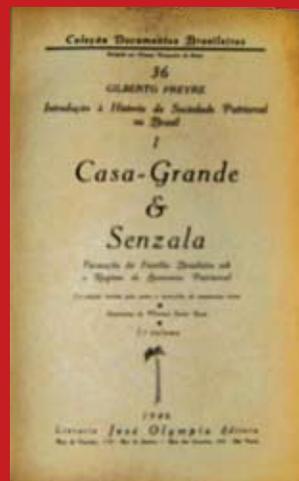
---

mesmo em se tratando de autores bem conhecidos, como era o caso. Para Freyre, esse valor, inegável, não emanava da coleção em si, mas de uma fonte muito mais precisa: a fundamentação criteriosa dos textos nela publicados, a mesma tantas vezes afirmada no prefácio inaugural. Em

penhada na divulgação de olhares objetivos e precisos sobre o Brasil, nela não deveria haver lugar para “impressionismos” como o de Agripino Grieco, representativo de uma tradição intelectual que se buscava superar. Pela mesma razão, o trabalho de Eloy Pontes só seria aceito ali se apresentasse a qualidade documental de seu estudo anterior, uma vez que, sem ela, não haveria sentido em acolhê-lo naquele conjunto. Sutilmente, o diretor parecia querer lembrar o editor de que o nome da coleção não era casual, e apresentava-se tão disposto a fazer valer seus princípios orientadores quanto a preservá-la de pretensões meramente comerciais, embora não desprezasse, de modo algum, essa dimensão do seu trabalho.

Paralelamente às discussões acerca da identidade dos Documentos Brasileiros, prosseguia a preparação do seu segundo volume, as memórias do historiador pernambucano Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), que fora mentor e amigo íntimo de Freyre. O livro, intitulado *Memórias (Estas Minhas Reminiscências...)*, saiu em março de 1937, com direito a novo elogio do diretor da coleção, que escreve a José Olympio dizendo ter achado “ótima a apresentação das memórias do Oliveira Lima”<sup>14</sup>. Frente ao primeiro volume, as únicas diferenças gráficas estavam na capa, onde o vermelho substituíra o verde do filete e das letras do título, e na contracapa, onde uma reunião de “opiniões da crítica brasileira sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda”, entrava no lugar dos próximos lançamentos da série. Também custava o dobro do preço do anterior, 20\$000 (vinte mil-réis), porém isso não chegava a ser um problema: ainda de acordo com Freyre, referindo-se à capital pernambucana, as *Memórias* “têm tido aqui uma saída extraordinária. Não param nas livrarias. A procura é enorme” – situação que se repetia no Rio de Janeiro e, é provável, em outros lugares do país<sup>15</sup>.

Mas o aspecto mais importante que o segundo volume parece marcar para a coleção é o início de um novo ritmo em sua produção, a partir de agora mais acelerado e regular. Se entre o lançamento do livro de Sérgio Buarque e o de



Oliveira Lima houvera um hiato de cinco longos meses, no decorrer de 1937 seriam publicados nada menos que cinco outros títulos: pela ordem, *Bernardo Pereira de Vasconcellos e Seu Tempo*, de Octavio Tarquínio de Sousa, *Nordeste*, de Freyre, *O Outro Nordeste*, de Djacir Meneses, *No Rolar do Tempo*, de Alberto Rangel, e *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, de Afonso Arinos de Melo Franco. Depois, até julho de 1938, saíram o estudo do historiador baiano Luis Viana Filho sobre *A Sabinada – A República Baiana de 1837*, a biografia *Brasílio Machado*, do historiador paulista Alcântara Machado, e, a despeito dos temores anteriormente manifestados pelo diretor, o livro de Olívio Montenegro, *O Romance Brasileiro*.

**De volume em volume, a Documentos Brasileiros tomava forma cada vez mais concreta, uma forma que, articulada por e em torno de Gilberto Freyre, fazia com que o conhecimento do Brasil passasse por Recife.**

A dinâmica da coleção parecia, assim, materializar com perfeição as expectativas sobre ela projetadas. Além do mais, a conquista da estabilidade também lhe conferia um brilho que, embora continuasse a se beneficiar da importância dos nomes de seu diretor e de seu editor, já podia ser considerado próprio, à semelhança da Brasileira. Com tudo correndo tão bem, seria difícil imaginar que algo abalasse o seu funcionamento. No entanto, como costuma acontecer com as grandes surpresas, elas vêm de onde menos se espera; no caso, do próprio Freyre, que em meados de 1938 to-

mou a decisão de deixar seu posto, motivado, como explicou ao amigo José Lins do Rego, pelo seu distanciamento do Rio de Janeiro e mais “uma série de coisas inevitáveis”<sup>16</sup>.

Embora a tal “série de coisas inevitáveis” fosse um tanto obscura, o argumento da distância entre Recife e o Rio era de fato considerável, à medida que o impedia de ser mais ágil na condução da coleção e de acompanhar diretamente o seu processo de produção. Por esse raciocínio, não haveria dúvida de que seu posto seria melhor ocupado por alguém que pudesse ser mais presente e, portanto, mais eficaz no trato com autores e com o editor. De todo modo, a saída não significava uma ruptura nem com José Olympio, nem com a Documentos Brasileiros, que àquela altura alcançava seu décimo título e tinha vários outros já aprovados, entre eles o outrora discutido trabalho de Eloy Pontes sobre Euclides da Cunha e duas reedições do próprio Euclides, *Canudos (Diário de uma Expedição)* e *Peru versus Bolívia*. Além disso, seu nome continuaria a aparecer no frontispício dos oito volumes seguintes, adentrando o ano de 1939, enquanto José Olympio buscava alguém para sucedê-lo.

Somente a partir do volume 19, *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, de José Carlos de Macedo Soares, a Coleção Documentos Brasileiros passou a trazer a inscrição “dirigida por Octavio Tarquínio de Sousa”. Nascido no Rio de Janeiro em 1889, formado em Direito em 1907 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Distrito Federal, o novo diretor era então vice-presidente do Tribunal de Contas da União, posição que mantinha desde 1937, após ter passado pela presidência nos dois anos anteriores. Muito mais destacadas, porém, eram as suas atividades intelectuais na década

de 1930. Além de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Felipe de Oliveira, colaborava com vários jornais e revistas do eixo Rio-São Paulo, fora crítico literário do prestigioso *O Jornal* (RJ) entre 1935 e 1937 e em 1938 assumira a direção da *Revista do Brasil* em seu relançamento, agora vinculada aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Como autor, publicara o romance *Monólogo das Coisas* em 1914 e uma elogiada tradução do poema *Rubaiyat*, de Omar Khayyam, em 1928, mas desde o trabalho *A Mentalidade da Constituinte*, de 1931, dedicou-se por completo à história do Brasil.

Todas essas credenciais, somadas à amizade com Gilberto Freyre e José Olympio e ao fato de ter dois livros publicados na coleção, faziam de Octavio Tarquínio um nome ideal para assumir a Documentos Brasileiros. E se seu *Bernardo Pereira de Vasconcellos e Seu Tempo* tivera a honra de ser dos primeiros da série, *História de Dois Golpes de Estado* seria, por coincidência, o último volume editado sob a direção de Gilberto Freyre, em abril de 1939. Daí por diante, um novo cenário iria se desenhar à sombra das palmeiras de Santa Rosa.

**Totalmente à vontade em sua nova função, Octavio Tarquínio assumiu os poderes do cargo sem hesitar, a ponto de vetar, logo ao assumi-lo, a publicação de um livro sugerido pelo próprio Gilberto Freyre**

– situação, aliás, que voltaria a se repetir dois meses depois, quando devolveu a José

Olympio os originais de uma obra sobre Tobias Barreto, a ele confiados “pelo nosso Gilberto”, com a mesma frase sumária e fatídica: “penso que não convém à coleção ‘Documentos Brasileiros’”<sup>17</sup>.

À maneira do autor de *Casa-Grande & Senzala*, o ministro-historiador também tinha interesse em projetar sobre a coleção as suas concepções acerca do conhecimento do Brasil, em geral, e da história, em particular. Nos livros de sua autoria, era patente a predileção pelos acontecimentos e, principalmente, pelos personagens da política imperial em torno do período das Regências. Para ele, o estudo biográfico era um privilegiado meio de acesso a toda uma época, percebendo “nas narrativas de vida de seus biografados a possibilidade de construir análises históricas decifradoras e atualizadoras dos problemas nacionais”, como já observou a historiadora Márcia de Almeida Gonçalves<sup>18</sup>. Mas, para que tal possibilidade se realizasse, era fundamental obedecer a alguns critérios, que garantissem o máximo de objetividade possível para situar o homem no meio histórico e, ao mesmo tempo, “fazer um pouco de introspecção social e de reconstituição psicológica”.

Tal perspectiva, portanto, distanciava-se muito das tradicionais narrativas laudatórias dos “grandes feitos de grandes homens”, produzidas tanto por historiadores quanto por literatos. Na visão de Octavio Tarquínio, o valor historiográfico das biografias estava na contextualização rigorosa, sempre fundamentada em documentos, que elas tinham a obrigação de empreender a fim de entender o indivíduo, suas ações, suas contradições, sem sobrepor-lo a seu tempo ou consagrar-

verbo.

verbo.

lhes características “heroicas”. Nesse sentido, ele se alinhava a autores que, em diferentes lugares, inclusive no Brasil, empenhavam-se pela renovação do próprio gênero, tendo à frente André Maurois, Emil Ludwig e Lytton Strachey; com sua ascensão ao comando da Documentos Brasileiros, tentativas semelhantes passaram a contar com um aliado sempre disposto a lhes dar abrigo: não é casual, certamente, que treze dos 29 volumes lançados entre 1940 e 1945 tenham sido de caráter biográfico ou memorialístico, incluindo dois livros de sua própria autoria – *Diogo Antônio Feijó*, de 1942, e *José Bonifácio*, de 1945.

Junto à incorporação da biografia, o novo diretor soube também consolidar o prestígio da coleção, que logo no início da década de 1940 já podia ser comparada à série da Companhia Editora Nacional, embora fosse muito mais recente e muito menos vultosa. É o que se depreende de uma pequena nota publicada na *Revista do Brasil* em maio de 1942, a qual dizia ser “bastante significativo o gosto do público literário do país pelas obras de estudo relativas à vida brasileira nos seus vários aspectos”, percebido pelo “sucesso de algumas coleções especializadas organizadas pelas principais editoras nacionais”. Como o texto ressaltava, “não é possível tocar no assunto sem referir a Brasileira”, cujos 220 volumes representariam “o mais variado repertório de estudos sobre temas brasileiros”, refletindo “o corpo e a alma do Brasil”. A relação da José Olympio, porém, “não lhe fica[va] atrás”, pois, mesmo contando com menos de 35 obras, todas haviam sido “escolhidas com o maior rigor, e quase todas [eram] de singular importância do ponto de vista histórico, sociológico ou literário”<sup>19</sup>.

Rapidamente, Octavio Tarquínio de Sousa afirmara-se como um ótimo administrador do edifício arquitetado e levantado por José Olympio e Gilberto Freyre. Estes, por sua vez, continuavam muito participativos em relação à Documentos Brasileiros. No caso de José Olympio, o dever do ofício e os cuidados que a ela dedicava o levavam a fazer muito mais que

referendar ou não as ideias e decisões do diretor, procurando também atrair autores sempre que possível; já Freyre agia sem muita diferença dos tempos em que a tinha sob sua responsabilidade, fazia contato com potenciais autores e incentivava outros a escrever, indicava livros e remetia originais para o Rio de Janeiro, discutia ora com o diretor, ora com o editor a publicação dos seus próprios títulos. Tudo em larga medida estimulado e legitimado pelos próprios Octavio Tarquínio e José Olympio, que, ao menos aparentemente, não se sentiam ofendidos com tantas intervenções.

Nem haveria razão para tanto, aliás, pois essa triangulação era favorável a todos, principalmente para a coleção. O melhor exemplo disso talvez seja dado pela trajetória editorial de *Casa-Grande & Senzala*. Após uma longa briga de Gilberto Freyre com seu primeiro editor, o poeta Augusto Frederico Schmidt, que se arrastou por anos e só se resolveu nos tribunais, a obra passou às mãos de José Olympio, e de pronto foi encabeçar a lista dos próximos lançamentos da Coleção Documentos Brasileiros. A publicação ainda demoraria mais dois anos, mas, nas mãos do melhor editor do país, o mais importante livro da época, escrito por um dos maiores autores nacionais, chegava assim àquele que parecia ser o seu devido lugar.

---

**A coleção, por seu lado, demonstrava-se plenamente consagrada ao acolher sua fonte de inspiração intelectual,**

---

ela que fora orientada, ao menos no início, pelas ideias e pelas propostas do livro de estreia de Gilberto Freyre. Subjacente a esse encontro, ocorre uma inversão de papéis sutil, quase imperceptível: a identidade própria conquistada pela coleção lhe dotara de autonomia suficiente para se impor às origens, transformando esse livro em “apenas” mais um de seus volumes.

---

**Essa identidade própria permitia também algumas iniciativas pouco comuns ao mercado editorial da época, como abrigar títulos dedicados a estudos de história “das ideias”, tema ainda hoje não muito familiar à nossa tradição intelectual.**

---

O primeiro deles foi *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, de Afonso Arinos de Melo Franco, publicado logo no início da série, em 1937. Vinte anos depois, a expressão “história das ideias” voltaria a aparecer, desta vez já no título do livro de João Cruz Costa, *Contribuição à História das Ideias no Brasil*, cujo complemento, “O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil e a Evolução Histórica Nacional”, delineava melhor o seu conteúdo. No ano seguinte, o volume *A Democracia Coroada*, de João Camilo de Oliveira Torres, aparecia com a pretensão de, “dentro dos métodos e intenções da disciplina que se intitula a ‘história das ideias’, analisar os diferentes sistemas ideológicos que exerceram influência no Brasil, seja em seu desenvolvimento político, como no caso presente, seja na formação espiritual, seja ainda na vida religiosa ou social”<sup>20</sup>.

O longo hiato temporal a separar tais obras, bem como as discrepâncias entre suas perspectivas analíticas, indicam bem como, antes de representar uma tendência bem delineada da nova historiografia brasileira, a referência às “ideias” funcionava muito mais como um rótulo para classificar trabalhos de temática que mal se encaixavam nos compartimentos estabelecidos pelas formas habituais de se analisar o Brasil. Por isso mesmo, não deixa de ser curioso notar que, enquanto a coleção abria suas portas a essa abordagem tão imprecisa, uma outra novidade, esta mais abrangente e muito melhor definida, seria por ela ignorada: o marxismo. Deliberadamente ignorada, talvez seja possível dizer, já que desde o início da década de 1930 nossos circuitos intelectuais mostravam-se atentos à emergência da interpretação materialista da história

do Brasil, como demonstrava a intensa difusão de obras marxistas, clássicas e contemporâneas, em geral realizada por pequenas editoras e com sucesso comercial considerável, segundo o historiador Edgard Carone<sup>21</sup>.

Nada disso, contudo, tornaria a Documentos Brasileiros sensível a autores comprometidos com a interpretação materialista da história e da realidade, algo que decerto não deve ser creditado a um possível conservadorismo, muito menos reacionarismo, do editor. De postura liberal, José Olympio era um dos principais fomentadores do novo e crítico romance social que surgia à época no país, e ainda daria guarida profissional a autores assumidamente de esquerda perseguidos pela ditadura do Estado Novo, como Graciliano Ramos e Jorge Amado. Ademais, a crescente tensão política entre 1935 e 1937 e, depois, a institucionalização da censura fizeram-no sofrer bastante com a violência contra a livre manifestação da cultura e do pensamento, que, segundo Laurence Hallewell, retaliava tanto os romances tidos por “comunistas” que publicava quanto as suas edições de livros integralistas, os quais defendiam “o tipo errado de fascismo”<sup>22</sup>.

Como hipótese, talvez seja possível atribuir tal ausência ao perfil de seus respectivos diretores. No caso de Gilberto Freyre, sua reticência ao materialismo histórico-dialético se explicitara já às páginas iniciais de *Casa-Grande & Senzala*, onde, apesar de não ser negado de todo, fora caracterizado como “tantas vezes exagerado nas suas generalizações – principalmente em trabalhos de sectários e fanáticos”. Já com relação a Octavio Tarquínio, sua predileção pelo biográfico necessariamente implicava algumas diferenças ante a interpretação materialista da história. Estas, no entanto, não o colocavam em franca oposição ao marxismo, até porque seu propósito era sempre, como já foi notado, o de entender o homem em si mesmo e em relação com seu meio e seu momento; como constatou Márcia de Almeida Gonçalves ao analisar a introdução à *História dos Fundadores do Império do Brasil*, em que o próprio Marx é discutido por Tarquínio, para ele “a luta de classes não implica-

va a negação da interferência de grandes personalidades, dotadas de qualidades morais e intelectuais, no desenvolvimento das sociedades”<sup>23</sup>. Mesmo assim, a tolerância muito maior que a de Freyre não foi suficiente para abrir a coleção à esquerda; ao menos, justiça seja feita, a direita também nunca teve nela grande expressão, o que demonstra uma vez mais o compromisso do editor e, por extensão, de seus diretores com a cultura, não com a política.

---

### **Assim, enquanto corriam os anos 1930 e 1940 e o país vivia grandes transformações, a Documentos Brasileiros se constituiu como marco de uma intelectualidade também em mudança.**

---

Em fins da década de 1950, porém, já era possível sentir que sua fórmula dava sinais de esgotamento: em texto de 1958, o historiador José Honório Rodrigues notava, de modo genérico, que as coleções dedicadas ao exame do Brasil “tinham o dever de provocar um pensamento mais pragmático, em que o presente, com seus problemas e temas, fosse o foco em que se projetasse a luz do passado”; no entanto, continuava ele, a “história historizante, história puramente descritiva, história clássica como um relógio de repetição” haviam-nas tomado de assalto, e elas teriam passado “a debater os mesmos problemas e a discutir as mesmas teses, apenas porque o especialismo erudito descobrira mais uma miúda novidade ou uma palavra diferente da mesma personagem”<sup>24</sup>.

Novos interesses já se divisavam então no horizonte do mundo intelectual nativo, e eles não eram mais os mesmos da década de 1930.

---

### **Outros canais de manifestação, como a Universidade, passaram a ocupar o espaço da produção e circulação de ideias,**

---

e mesmo o mercado editorial, muito em função dessa dinâmica, passava por redefinições,

deixando a generalização rumo à segmentação. A partir daí, com o campo das Ciências Humanas e Sociais cada vez mais consolidado e institucionalizado, novos modelos interpretativos e explicativos da realidade entrariam em cena, acompanhados de novos projetos editoriais correspondentes – como a Coleção Corpo e Alma do Brasil, ou, pouco mais tarde, a História Geral da Civilização Brasileira, ambas editadas pela DIFEL – e mesmo de uma renovada política editorial – como a de Ênio Silveira na Editora Civilização Brasileira.

Pouco a pouco, a Coleção Documentos Brasileiros e a própria Editora José Olympio vão perdendo sua hegemonia: no caso da primeira, junto à intelectualidade; no caso da segunda, junto ao mercado. Por mais que resistissem, e ambas resistiram muito a incontáveis dificuldades, parecia que o tempo de sua atuação civilizadora, tal como idealizado pelo editor, já havia passado. Seu papel fora cumprido. Mais importante, fora cumprido muito bem, como Otto Maria Carpeaux retratou muito bem, em um belo texto sobre Tomás Santa Rosa escrito ainda no início dos anos 1950. Parodiando uma sátira de Mark Twain, o crítico e escritor criava uma história na qual, “no ano 9000 da nossa era, os arqueólogos começaram a escavar as ruínas do Rio de Janeiro”, descobrindo “em certas cavernas provavelmente dedicadas ao culto de São José numerosas folhas de papel de péssima qualidade”, em cujas capas sempre aparecia “o mesmo hieróglifo misterioso: ‘SR’”. Curiosos e dedicados em decifrar o significado dessas duas letras, esses arqueólogos do futuro lançaram-se a investigações e hipóteses, uma delas que dizia tratar-se “de um personagem semimitológico, de uma condensação folclórica dos traços característicos do *homo brasiliensis*”. E continuava:

“Nessa altura apareceu o professor Sicrano, apresentando ao mundo científico descoberta sensacional: uma coleção de obras, evidentemente escritas por autores diferentes, mas todas assinadas pelo misterioso ‘SR’. Chamava-se a coleção ‘Documentos Brasileiros’. O estado de conservação das capas não era muito satisfatório, devido à qualidade do papel, de modo

que se repetiu o caso do ‘grande rei Smith’ no conto de Mark Twain: os estudiosos, evocando o costume dos romanos de datar os documentos conforme os nomes dos cônsules do ano, atribuíram a coleção inteira à ‘época de José Olympio’, que teria sido *in illo tempore* o rei do Rio de Janeiro. Vários autores da coleção podiam ser identificados: Lucia Miguel-Pereira, biografando um poeta em cujos versos aparece um pássaro mitológico chamado ‘Sabiá’; Octavio Tarquínio de Sousa, que viveu, conforme os documentos, no século XX, embora alguns historiadores teimem em incluí-lo entre as grandes personalidades da época da Regência; Álvaro Lins, conhecido nos anais da literatura como crítico impiedoso, aí porém metido na história dos compromissos diplomáticos; Gilberto Freyre, dono indiscutido da casa-grande da sociologia brasileira; Afonso Arinos de Melo Franco, índio mineiro que participou da Revolução Francesa e provavelmente de mais outras revoluções; e Sérgio Buarque de Holanda, que chegou a desenterrar as próprias raízes do Brasil. Para todos esses autores e obras, por mais diferentes que tenham sido, criou ‘SR’ o símbolo comum que distingue, invariável e inconfundivelmente, os volumes todos da Coleção Documentos Brasileiros, símbolo de significação profunda e simplicidade surpreendente: uma palmeira. A árvore típica, cujas raízes se confundem com as próprias raízes do Brasil; a árvore que deu sombra à casa-grande do senhor e à senzala dos escravos; a árvore que, através das vicissitudes da história do Brasil, sombreou o cemitério das derrotas e se hasteou, às vezes, como bandeira da vitória; a palmeira bem brasileira, as raízes na terra e a coroa no alto, na região da poesia”<sup>25</sup>.

#### **NOTAS**

1. Companhia Editora Nacional, “A Coleção ‘Brasileira’ Comemorando o seu 100º Volume!”. *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, 1938, p. 304.
2. Tais comentários respondiam a uma enquete feita pelo *Anuário Brasileiro de Literatura* de 1938. Complementando-os, o representante da editora ainda dizia ser “plenamente justificável a tendência que a massa quase geral do público sente por este gênero de literatura. Diz um dos nossos mais eminentes críticos que este interesse vem da ‘necessidade de sonho’, a premência de distrair a mente na oscilação igual da vida cotidiana, a procu-

ra daquilo que eles não vivem, aquilo que está além dos limites das suas existências pacíficas e metodizadas”. “O que se lê no Brasil”, *Anuário Brasileiro de Literatura*, Rio de Janeiro, 2, 1938, p. 407.

3. Cf. Heloisa Pontes, “Retratos do Brasil: Editores, Editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas Décadas de 30, 40 e 50”. In: Sérgio Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil* – volume 1, 2. ed, São Paulo, Editora Sumaré, 2001, p. 450; Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, 2. ed, São Paulo, Edusp, 2005, pp. 378 e 380-1.
4. Cf. Antônio Carlos Villaça, *José Olympio: O Descobridor de Escritores*, Rio de Janeiro, Thex, 2001, pp. 87-8.
5. Carta de Gilberto Freyre a José Lins do Rego. Recife, 4 de julho de 1936. *Apud* Sônia Maria van Dijk Lima e Nestor Figueiredo Júnior, “De Gilberto Freyre para José Lins do Rego”. In: Walnice Nogueira Galvão & Nádia Battella Gotlib (org.), *Prezada senhora, prezada senhora: estudos sobre cartas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 247.
6. Carta de José Olympio a Gilberto Freyre, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1936, Acervo da Fundação Gilberto Freyre, Recife, documento crb200p1 doc5.
7. Carta de José Olympio a Gilberto Freyre, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1936, Acervo da Fundação Gilberto Freyre, Recife, Documento crb200p1 doc6.
8. Gilberto Freyre, “Documentos Brasileiros”, em Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936, pp. V-IX.
9. Cf. Heloisa Pontes, “Retratos do Brasil: Editores, Editoras e ‘Coleções Brasileira’ nas Décadas de 30, 40 e 50”, p. 464.
10. Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 10 de novembro de 1936. Acervo José Olympio/Arquivo-Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Documento 79/1387.
11. Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1936. Acervo da Fundação Gilberto Freyre, Recife. Documento crb98p2doc30.
12. Carta de José Olympio a Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1936. Acervo da Fundação Gilberto Freyre, Recife. Documento crb200p1 doc7. O referido livro de Eloy Pontes era *A Vida Inquieta de Raul Pompeia*, publicado pelo próprio José Olympio em 1935.
13. Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 19 de dezembro de 1936. Acervo José Olympio/Arquivo-Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Documento 79/1388.
14. Carta de Gilberto Freyre a José Olympio. Recife, 17 de março de 1937. Acervo José Olympio/Arquivo-Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Documento 79/1391.
15. Cf. “O que se Lê no Brasil”. *Anuário Brasileiro de Literatura*, 2, Rio de Janeiro, 1938, p. 401.
16. Carta de Gilberto Freyre a José Lins do Rego. Recife, 12 de agosto de 1938. Acervo José Olympio/Arquivo-Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Documento 76/1628.
17. Carta de Octavio Tarquínio de Sousa a José Olympio, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1939. Acervo José Olympio/Arquivo-Museu de Literatura Brasileira/Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Documento 79/2835.
18. Márcia de Almeida Gonçalves, *Em Terreno Movediço. Biografia e História na Obra de Octavio Tarquínio de Sousa*. Tese (Doutorado em História Social), São Paulo, FFLCH-USP, 2003, p. 88.
19. N/a, “Livros sobre o Brasil”. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, ano V, n. 43, maio de 1942, p. 88.
20. João Camilo de Oliveira Torres, *A Democracia Coroada*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1958, p. 15.
21. Edgard Carone, *Leituras Marxistas e Outros Estudos*, São Paulo, Xamã, 2004, p. 63.
22. Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil*, p. 455.
23. Márcia de Almeida Gonçalves, *Em Terreno Movediço*, p. 290.
24. José Honório Rodrigues, *História e Historiadores do Brasil*, Rio de Janeiro, Fulgor, 1965, p. 18.
25. Otto Maria Carpeaux, *Retratos e Leituras*, Rio de Janeiro, Edição da Organização Simões, 1953, pp. 198-9.

## Qualis Livros

**O programa de avaliação Qualis Livros está para ser implementado. E esse fato já vem levantando vários questionamentos. Qual seria, de fato, a validade desse programa? Como se encaixar em suas diretrizes? O que isso poderia representar para o mercado editorial? São essas também as questões abordadas por especialistas a seguir, que tentam apontar um norte para uma discussão que ainda não parece ter um fim próximo.**

### A qualis livros nos referimos?

Luis Carlos de Menezes

Para ir direto ao assunto, digamos que sejam livros de não ficção, desses que os acadêmicos escrevem e, por isso, incluem em seus relatórios e currículos e, ainda, que não sejam de impressão artesanal sem distribuição regular. Isso posto, voltemos à questão: a qualis livros nos referimos?

Serão livros avançados, com citações reconhecidas a cada página, anunciando um novo saber; uma nova dúvida ou, pelo menos, uma nova síntese de saberes consagrados? Serão livros didáticos com bibliografia acessível, cuidados pedagógicos, e, quem sabe, anexos com exercícios de aplicação, sites recomendados e recomendações de práticas de ensino? Serão livros de divulgação, menos especializados e mais leves, com mais ilustrações do que referências e encontrados em muitas livrarias? Com *qualis* pesos ponderar cada modalidade?

*Qualis* tiragens deverão ter esses livros? A vendagem corresponderá a seu “parâmetro de impacto”, ou pelo contrário, sua qualidade é questionável se passarem de mil exemplares? Quem há de julgá-los e com quais critérios? Por comissão de pares, indicada por mérito, escolhida *ad hoc*, ou por colegiado estável, eleito e com mandato? Avaliarão ineditismo, correção, didatismo e especialização? Com direito a recurso e em que outra instância?

É lamentável fazer com livros o que se faz com periódicos, adotar uma classificação Qualis, para ponderar o valor relativo da obra, ao se estimar a produção de alguém ou a importância do trabalho para finalidade oficial. A motivação é compreensível, pois estão na mesma balança artigos, livros e outras formas de produção intelectual. Mas é ostensiva a impropriedade da proposta. Como saber se o autor pagou para que se publicasse? Como censurar um conselho editorial, que coteje interesse cultural com perspectiva comercial? Ou só editoras acadêmicas serão certificadas, enfrentando filas de autores querendo “bater ponto”?

São tantas e tão óbvias as encenças, que seria melhor deixar o livro em paz.



### Editoras Universitárias e o Qualis Livro

Sandra Regina Chaves Nunes

O Qualis Livro reflete o questionamento sobre se efetivamente escreve-se livros nos programas de pós-graduação brasileiros ou se as publicações não seriam apenas um agregado de textos, que, mesmo bons, corresponderiam a artigos de periódicos científicos. A reflexão sugere que se atente não apenas para a qualidade da produção intelectual, mas também para as condições dessa produção, pois como já apontou, em reunião da SBPC, Renato Janine Ribeiro, atualmente há dificuldade para a dedicação do pesquisador a um único livro.

Menos, porém, que uma paralisação da produção, esse novo referencial de qualidade pede uma postura precisa para a organização e a publicação de livros. Os eixos que norteiam a articulação dos textos destinados à reflexão teórica de uma determinada temática devem espelhar a produção científica das instituições e dos grupos em que se inserem os pesquisadores.

Se conhecimento acadêmico e livro mantêm relação estreita, isto requererá das editoras – e editores – universitárias um nível outro de exigência, na medida em que se coloca em avaliação a sua produção editorial.



# História do Livro

Marisa Midori Deaecto

## Entre vinhos e livros

Diz-se que os primeiros prelos foram desenvolvidos com base nos princípios mecânicos das prensas de uva. O aparecimento da tipografia, em meados do século XV, exigiria ainda o aproveitamento de outras técnicas desenvolvidas nas corporações da velha Europa. Assim o domínio sobre a carpintaria, necessário para a construção das primitivas engenhocas; ou os conhecimentos no campo da metalurgia, dos quais resultou a obtenção da liga de metal apropriada para a fundição dos tipos; ou, ainda, o controle sobre a arte da ourivesaria, posto que apenas pelas mãos de um ourives poderiam ser burilados muitos dos caracteres cujos traços sobrevivem até nossos dias.

Entre os séculos XV e XVIII houve apenas alterações circunstanciais nos processos de composição e de impressão. Com efeito, não há objeto que dialogue mais com a tradição diante das inovações possíveis de cada época do que o livro. Do ponto de vista da produção do conhecimento sobre o processo gráfico e, de modo mais pontual, sobre a história do livro, observa-se que ao longo desses três primeiros séculos houve um acúmulo de registros dos trabalhos de mestres impressores, de gravadores, de papeleiros, de encadernadores, ao que se somam, é claro, os testemunhos dos próprios livros. Mas os primeiros estudos sobre o "objeto" livro vieram a lume apenas no curso do século XIX, quando aqueles registros passaram a ser catalogados, sistematizados e analisados por alguns eruditos que se voltaram para o campo específico da bibliologia. A visão do livro como um constructo da humanidade, portanto, passível de ser analisado sob uma perspectiva histórica, sociológica, literária, ou ainda multidisciplinar constitui um fato contemporâneo.

## Obras de síntese

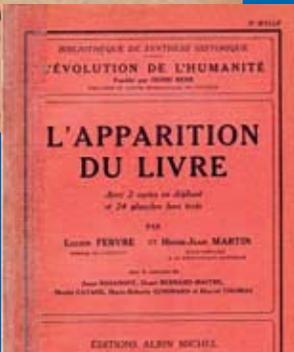
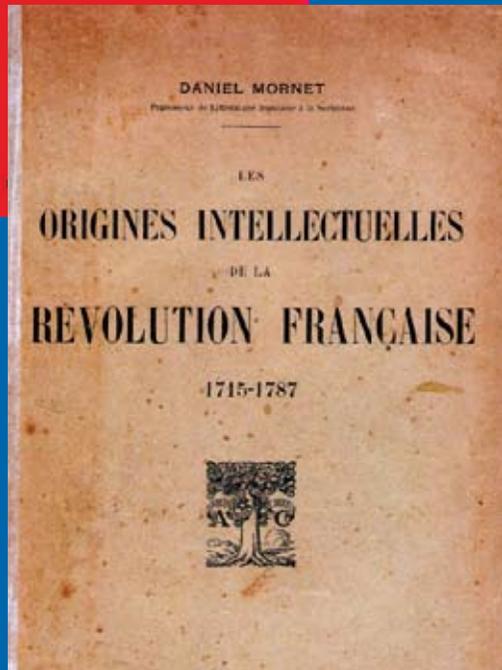
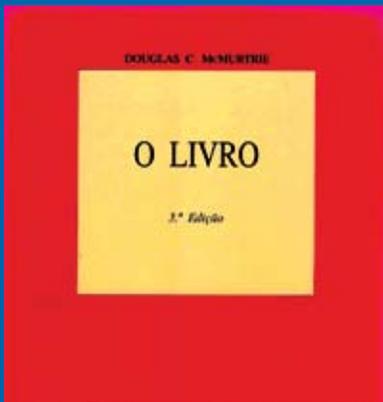
Um primeiro recorte bibliográfico se situa, pois, no âmbito das obras de síntese. Ou seja, das análises de conjunto

que buscaram construir os nexos entre a invenção da tipografia e o quadro social, político e econômico em que essa nova empresa se difundiu.

No mar de títulos a que essas questões gerais podem nos conduzir, a obra de Douglas C. McMurtrie, *O Livro* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997) consiste em um desses guias de leitura prazerosa, escrito antes por um amador do que por um profissional dedicado ao ofício da História. McMurtrie (1888-1944) formou-se em engenharia elétrica no prestigioso Massachusetts Institut of Technology. Entre 1917 e 1919 atuou na direção do Columbia Printing Office e, daí em diante, parece não ter mais abandonado o ramo editorial. Foi editor da *Ars Typographica* entre 1925 e 1926 e, de 1937 a 1941, esteve à frente do *American Imprints Inventory*. A primeira edição de *O Livro* saiu em 1927. Nova edição revista e ampliada foi impressa em 1937. Em 1942, uma terceira e última edição publicada em vida pelo autor veio a público sob os auspícios da Oxford University Press, honra que McMurtrie registra no novo prefácio. O êxito de *O Livro* talvez se justifique pelo olhar do engenheiro diante dos grandes desafios observados em seu tempo. Lembremos que o autor vivenciou de perto os progressos verificados na indústria gráfica, dentre eles, a difusão das rotativas, das fundidoras de tipos e compositoras mecânicas (linotipo, monotipo), para citar apenas alguns dos muitos saltos tecnológicos que marcaram a virada do século XIX para o XX. Tudo isso sem perder de vista o interesse e a paixão pelos antigos artífices que conferiram ao livro seus caracteres essenciais.

Se na obra de McMurtrie a articulação entre cultura e arte tipográfica se situa no nível amadorístico das sugestões, tem-se em *O Aparecimento do Livro* [São Paulo, Edunesp; Hucitec, 1992], de Henri-Jean Martin e Lucien Febvre a expressão madura de uma certa visão de História a serviço de um método. A construção da obra, por si, guarda muitas particularidades. Toda a estrutura foi

verbo.



planejada pelo mestre Lucien Febvre (1878-1956), já no outono de sua larga existência, a qual foi acolhida com precisão e fidelidade pelo jovem paleógrafo da École de Chartres, Henri-Jean Martin. Publicada em 1958, a obra apresenta, no prefácio, as questões que guiaram Lucien Febvre naquele que seria seu último combate: “o APARECIMENTO DO LIVRO, poderíamos chamá-lo, com uma pitada de preciosismo, O LIVRO A SERVIÇO DA HISTÓRIA. Portanto, não devemos nos enganar – nem nos preparar para julgar esta obra por aquilo que ela não é. Ela não se propõe fazer ou refazer uma história da imprensa”.

Escusado dizer que estavam lançadas as diretrizes para novas gerações de historiadores que se enveredaram pelos caminhos abertos em O aparecimento do livro. Um primeiro balanço da produção europeia e, de modo particular, da historiografia francesa, foi publicado por Daniel Roche e Roger Chartier na década de 1970, em “O livro, uma mudança de perspectiva” (*História: Novos Objetos*, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988). Esses balanços se tornaram cada vez mais necessários a partir das décadas de 1980 e 1990, quando o acúmulo de pesquisas voltadas para a área do livro e suas múltiplas vertentes passaram a demandar não só um esforço hercúleo para o acompanhamento das “novidades editoriais” no setor, mas uma preocupação maior sobre os caminhos e descaminhos trilhados por estudiosos em todo o mundo.

No campo atualmente escasso das obras de síntese, a *História do livro*, de Frédéric Barbier (São Paulo, Paulistana, 2008) se torna edição muito bem-vinda, senão, necessária. É verdade que a estrutura da obra não se distancia muito da proposta de Lucien Febvre, a qual, como assinalamos, foi levada a termo há pouco mais de meio século por H.-J. Martin. Aliás, cumpre informar que Frédéric Barbier desempenha bem o papel do discípulo formado em paleologia e arquivística na prestigiosa École de Chartres. É claro que o autor não se detém a seguir os passos do mestre, antes, ele se debruça em questões originais, o que se verifica na atenção conferida aos caminhos da historiografia francesa, particularmente, na contribuição realizada pela nouvelle histoire e em um aporte crítico de idéias não raro concebidas de modo precipitado, a saber, o sentido de uma revolução impressa no século de Gutenberg e as mutações do livro no século XIX, na era da produção em escala industrial. A edição brasileira talvez se ressinta de maior cuidado no que tange aos aspectos gráficos, sob a pena de cair no ostracismo, dadas as exigências dos leitores no que concerne aos caracteres materiais do livro.

### Livros e Revoluções

Para os historiadores que se dedicaram ao Século das Luzes, o cerne da questão era o das origens intelectu-

ais da Revolução de 1789. Partiam do pressuposto de que o processo revolucionário se instaura, em primeira instância, no campo das idéias. Todos aqueles que viveram sob o signo incerto das paixões e ódios latentes que a Revolução provocou, já no primeiro meio-século do Oitocentos, questionaram o poder dos livros e seu efeito subversivo. É o que se apreende, por exemplo, nos escritos de Mme. De Staël e nas reflexões de Alexis de Tocqueville e Hypolite Taine.

Também nesse campo a produção bibliográfica é extensa e as dissensões provocadas entre os partidários da Revolução, os quais podemos classificar apenas de modo muito esquemático como liberais, marxistas e revisionistas, fazem eco na produção sobre os livros e as práticas de leitura. Nesse domínio, a produção editorial brasileira concorre de forma muito tímida e pontual para a difusão de alguns títulos essenciais. Entre as obras silenciadas, vale a pena lembrar o precioso e alentado volume de Daniel Mornet, *Les origines intellectuelles de la Révolution française* [Paris: Armand Colin, 1933], o qual em 1947 já se encontrava na quarta edição. A análise de Mornet buscou evidenciar as bibliotecas, os gabinetes, os clubs e as sociedades literárias que agregavam as gens de lettres e, ao lado destas instituições, os espaços informais e de notável projeção no meio político e cultural francês, a exemplo dos cafés e das sociedades maçônicas. Noutros termos, o autor pôs em evidência temáticas que se situam na ordem do dia do debate acadêmico.

Os circuitos marginais, antes, as representações da cultura entre as classes populares na França do século XVIII foram perscrutados em profundidade por Daniel Roche, em *O povo de Paris. Ensaio sobre a Cultura Popular no Século XVIII* (São Paulo, Edusp, 2004). Quando a cultura de massa se torna uma realidade em uma França tomada por embates políticos e ideológicos que ganham vida nos “trottoirs de Paris”, para tomar de empréstimo um título de Émile Zola, uma grande variedade de impressos ganha as ruas, alçados pela voz inflamada de seus vendedores ambulantes, os “camelots” das letras. Este o tema do livro de Jean-Yves Mollier, o qual põe em cena circuitos ainda pouco valorizados de circulação do livro e de impressos efêmeros (*O camelot e a rua. Política e democracia na virada do século XIX para o XX*, São Paulo, Edusp, 2009).

Avançando alguns graus do meridiano francês para além dos Alpes, temos nas reflexões de Antonio Gramsci, reunidas no volume *Literatura e Vida Nacional* (3a ed., tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo, Civilização Brasileira, 1986), rico material sobre a organização das editoras italianas no início do século XX. Leitura que certamente iluminaria muitas interpretações sobre o mercado brasileiro, particularmente no período de sua emancipação econômica e cultural, nos anos de 1920.

### Livros e Revoluções: sua recepção no Brasil

Afinal, os livros fazem revoluções? E como essa questão foi percebida no Brasil?

Tal questão ressoou de forma mais destacada nos estudos sobre o período colonial. Em particular, nos momentos decisivos, nos quais vieram à tona os movimentos de emancipação política. A este respeito, faz-se imperiosa a lembrança do ensaio de Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria do cônego*, publicado pela primeira vez em 1957. Sobre o cônego Luís Vieira da Silva, escreve o autor: “Era um afrancesado? Pode-se admiti-lo. As idéias francesas contagiavam alguns brasileiros seletos daquele tempo. Constituíam, é claro, uma reduzida minoria, mas pode-se admitir, como se tem admitido, que tais idéias influíram no pensamento autonomista dos conjurados mineiros, junto com razões mais fortes, de ordem econômica e afetiva, como o grande receio da derrama, o sentimento nativista e a hostilidade ao português.” [O diabo na livraria do cônego. 2a. edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.51].

A partir dessas premissas, muitos estudiosos buscaram compreender de que forma as leituras se convertiam, em determinadas conjunturas e espaços, em projetos de natureza sediciosa. São os estudos sobre as matrizes culturais ou ideológicas da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, sobre os sediciosos fluminenses e pernambucanos, dos quais afloraram idéias de revolução com matizes diversos, dos tons mais amenos às colorações mais dramáticas, atingidas pelas sedições que se desencadearam no Nordeste de 1817.

Mas os momentos de crise são raros na História e nem sempre o historiador se convence de que fatos aparentemente importantes provocaram rupturas na ordem vigente. A Revolução de 1789 continuava a ser um modelo para as novas gerações, pelo menos no conteúdo das leituras e no grau de interesse que a França e seus intelectuais passaram a despertar em todo o mundo. Ou melhor, em uma fração significativa do globo sensível às referências francófonas.

Destarte, os estudiosos do livro passaram a se interrogar se, nesse mesmo sistema, em que uma literatura de conteúdo político e de raízes francesas – pois sabemos que mesmo os autores ingleses muitas vezes chegavam até nós via França – circulava em abundância, não haveria espaço para a circulação de outra sorte de livros. De uma literatura beletrista, ou mesmo de caráter religioso, que viesse satisfazer os gostos das pessoas comuns, permitindo a organização de um circuito paralelo e expressivo de leituras. E, naturalmente, de espaços que pudessem acolher, além de leitores tradicionais, uma camada nova emergente no meio urbano. Estudos, enfim, comprometidos com os mecanismos de produção e com os circuitos de circulação e consumo do livro no contexto da Independência e, no momento

seguinte, caracterizado pela modernização da sociedade brasileira. Nesse domínio, destacamos o livro recentemente publicado sob a coordenação de Marcia Abreu, o qual reúne uma plêiade de pesquisadores nacionais e estrangeiros dedicados aos leitores beletristas [Trajetórias do romance. Circulação, leitura e escrita nos séculos XIX e XX. São Paulo: Fapesp; Campinas: Mercado das Letras, 2008].

Se a Revolução Francesa se tornou paradigmática para toda uma cultura de raízes liberais consolidada na primeira metade do Oitocentos, não menos decisivo foi o impacto da Revolução de 1917 para aquela geração formada no período entre-Guerras e seus herdeiros diretos. Onde a lembrança obrigatória das contribuições de Edgard Carone (1923-2003) nesse domínio temático, de modo especial, em *O marxismo no Brasil. Das origens a 1964* [Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986], pesquisa exaustiva realizada pelo autor em arquivos, bibliotecas nacionais e estrangeiras, e em seu acervo pessoal. Outros estudos foram recentemente reunidos no volume editado em sua homenagem, *Leituras marxistas e outros estudos* [Organizado por Lincoln Secco e Marisa M. Deaecto. São Paulo: Xamã, 2004].

### Uma síntese possível

Para Rubens Borba de Moraes há três tipos de bibliotecas. A coleção do bibliófilo erudito, a qual une a um só golpe o prazer da posse do livro e a fruição da leitura; esta se diferencia da biblioteca do novo-rico, que pelo dinheiro coleciona raridades, mas sem jamais encontrar o amálgama que une as coleções montadas pelos amantes dos livros e das letras; e a biblioteca do estudante que conforma, pacientemente, não raro na base de pechinchas, seu acervo bibliográfico. Esta biblioteca dificilmente atinge o mesmo estágio artístico da coleção de um bibliófilo erudito, mas certamente o seu colecionador poderá, como o erudito, “gozar duplamente um livro, quando o compra barato”. Pois o valor do objeto se mede pelo desejo que se guarda sobre ele e não por seu preço (O bibliófilo aprendiz, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1975).

É bem verdade que esse breve comentário bibliográfico mal conforma uma biblioteca. Do próprio Rubens Borba de Moraes e de outros bibliófilos e amantes do livro da mesma sepa muitos outros títulos deveriam ser evocados. Mas os livros aqui selecionados, sob a pena de tantos esquecimentos e de tantas injustiças, pretendem guardar o espírito de uma biblioteca de estudos. Nesse sentido, como proceder a uma síntese da produção nacional no domínio da história do livro?

Esta foi a proposta de Anibal Bragança em “A constituição do campo interdisciplinar de estudos do livro e da história editorial no Brasil (1900-2000)” [Comunicação, acontecimento e memória. Anibal Bragança; Sonia Virgínia Moreira (Org.). São Paulo: Intercom, 2005, pp.79-94].

Levantamento exaustivo das publicações, dentre dicionários, bibliografias, obras de síntese e monografias voltados para a história do livro e da edição no Brasil. Um século de produção bibliográfica, selecionada e organizada em ordem cronológica, o que nos permite um quadro evolutivo dos métodos, abordagens e temáticas privilegiados em diferentes momentos históricos.

Depreende-se, então, que um caminho possível seria o de recuperar dentro do corpus bibliográfico algumas abordagens que “fizeram escola” em nossa tradição de pesquisa. Assim a obra de Laurence Hallewell, *O livro no Brasil* se torna paradigmática no âmbito das investigações sobre os tipógrafos, livreiros e editores estrangeiros e nacionais que concorreram para a organização do mercado brasileiro [São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1985; 2ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005]. Seguindo essa diretriz, a saber, resgatar a história do livro no Brasil a partir de seus principais agentes, nova luz vem sendo projetada sobre algumas figuras emblemáticas, a exemplo de Francisco Alves (1948-1917), Monteiro Lobato (1882-1948) e José Olympio (1902-1990), os quais cristalizaram seus nomes no mercado de edição brasileiro.

Em *Rua do Ouvidor 110. Uma história da livraria José Olympio*, de Lucila Soares [José Olympio Editora e Biblioteca Nacional, 2006], somos introduzidos no círculo de escritores – entre eles, Carlos Drummond de Andrade, Plínio Doyle, Manuel Bandeira, José Lins do Rego, para citar apenas alguns – que se notabilizaram no Rio de Janeiro dos anos de 1930, em torno da figura do livreiro-editor. Leitura que se completa com o volume de José Mario Pereira [José Olympio: o editor e sua casa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008], todo ele voltado para a história editorial, com base nos documentos da empresa e nas correspondências entre editor e autores; e, ainda, com o olhar antropológico de Gustavo Sorá [A casa José Olympio e o livro no Brasil. São Paulo: Edusp, 2008].

A Coleção Memória Editorial [ComArte-Edusp] vem consolidar a parceria realizada entre a Editora da Universidade de São Paulo e o curso de Editoração (ECA). Em *Editoras Universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática*, Leilah Santiago Bufrem propõe uma análise bourdieusiana das trajetórias e projetos desse setor tão particular, porém, em plena ascensão no mercado brasileiro [São Paulo: Edusp; ComArte; Curitiba: EduFPR, 2008]. A reedição de *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor* [São Paulo: Edusp; ComArte, 2006] reforça as análises sobre essa figura ímpar de nossa história editorial, cujos “perfis” têm se revelado a cada novo título publicado. O estudo de Alice Mitika Koshiyama veio a lume pela primeira vez em 1982 e merece destaque por seu pioneirismo, não apenas por ter explorado as múltiplas figuras concentradas em uma só persona, o que torna Monteiro Lobato vários perso-



nagens de si mesmo, mas por conjugar de forma dialética a trajetória do indivíduo com as questões de ordem conjuntural. Outrossim, este título reforça a tendência a um só tempo memorialística e científica da Coleção, cujo catálogo conta ainda com estudos de Sonia Amorim, *Em busca de um tempo perdido*. Edição de literatura traduzida pela Editora Globo [São Paulo: Edusp; ComArte; Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1999] e Elisabeth Torresini, Editora Globo: uma aventura editorial [esgotado].

Ainda no âmbito da parceria ComArte-Edusp, temos a Coleção Editando o Editor, cujos títulos colocam em cena figuras menos celebradas em nossa historiografia, mas cujas contribuições não são de somenos importância. É o que revela o volume 6, dedicado à figura de Cláudio Giordano, tradutor, editor, criador da Oficina do Livro e amante dos livros, já que o adjetivo bibliófilo parece não lhe agradar [edição organizada por Magali Oliveira Fernandes, Sonia Montone, Carla Fontana e Fábio Larsson]. Os volumes 4 e 5 foram dirigidos por Jerusa Pires Ferreira e sintetizam bem o caráter eclético da Coleção. O volume 4 é dedicado a Jorge Zahar (1920-1988), livreiro-editor que iniciou suas atividades no final da década de 1950, vindo a se consagrar no campo das publicações acadêmicas, na área de Ciências Humanas. O volume 5 apresenta o perfil de Arlindo Pinto de Souza, da editora Luzeiro, este herdeiro direto da tradição portuguesa de livros populares. Como destaca Jerusa Pires Ferreira, a “Luzeiro é a única, em todo o Brasil, a publicar folhetos de literatura de cordel e de literatura popular em geral, mantendo viva uma produção à margem da cultura institucionalizada. A edição inclui reproduções de capas de livros e folhetos da Editora com a linguagem gráfica característica das publicações desse tipo”. A Coleção Editando o Editor apresenta um traço muito peculiar: por se basear em relatos pessoais, o leitor tem em mãos toda a emoção de tempos vividos entre livros.

Se as questões editoriais vêm sendo desnudadas por nossos pesquisadores, menos frequentes são os estudos sobre as livrarias. Nesse domínio, Ubiratan Machado traz contribuições muito originais, a exemplo do

alentado volume *A etiqueta de livros no Brasil* [São Paulo: Edusp; Oficina Rubens Borba de Moraes, 2004] e de sua mais recente contribuição, *Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras* [São Paulo: Ateliê Editorial, 2009]. E, nesse mesmo campo temático, a reedição do livro de Anibal Bragança, *Livraria Ideal. Do cordel à bibliofilia* [São Paulo: Edusp; ComArte, 2009].

Noutro vértice, pesquisas sobre as representações e práticas de leitura parecem ter se desvinculado do campo impreciso das memórias literárias para, enfim, incorporar-se, a partir dos anos de 1970, nos domínios dos schollars. Onde a importância dos estudos de Marlise Meyer, Maria Beatriz Nizza da Silva e Marisa Lajolo. Pelo menos foi esta a tendência verificada por Nelson Schapochnik, em “Cicatriz de origem. Notas para uma historiografia da leitura no Brasil” [João Alexandre Barbosa: o leitor insone. Organizado por Plínio Martins Filho e Waldecy Tenório. São Paulo: Edusp, 2008, pp.367-388].

As aproximações entre a história editorial e aquela voltada para as práticas e representações da leitura abriram uma nova vertente de estudos, consolidando, enfim, a vocação multidisciplinar das pesquisas sobre o livro. Às questões triviais e nem por isso prescindíveis das tradicionais enquetes: Lê-se muito? Lê-se pouco? O que se lê? Quem lê?, somam-se perguntas atinentes à configuração do mercado editorial e ao comprometimento de editores, bibliotecários, livreiros e, se pensarmos mais além, dos prósrios designers de livros no processo de formação do leitor.

Pois, retomando nossa idéia inicial, se nas suas origens a construção do livro derivou, em parte, dos mecanismos das prensas de uvas, a partir das quais fabricavam-se os vinhos, esse curioso encontro, o dos livros e dos vinhos no despertar da modernidade merece alguma reflexão. Um e outro conformam-se como alimento do corpo e da alma. E para aqueles que estão verdadeiramente preocupados com o grau de consumo tanto de livros quanto de vinhos, o sábio Cervantes já havia dado sua resposta. Pior do que o consumo em exagero é a sua abstinência. Esta, sim, havia conduzido o pobre Quixote ao desvario.

**EDIFIO**

*Machado de Assis. Três contos fantásticos*, Sandra Nunes (org.), 108 p.  
*O discurso da falta em Clarice Lispector: Laços de Família* (2.ed.), Gilda Plastino, 164 p.

**EDITORA LEOPOLDIANUM**

*Gestão de Negócios 2008*, Ícaro Aronovich Cunha e Antonio Carlos Freddo (orgs.), 234 p.  
*Conversão Eletromecânica de Energia*, Ronaldo Alves Soares, 244 p.

**EDITORA MACKENZIE**

*O Espelho Fragmentado de Carlos Fuentes*, Ana Lúcia Trevisan, 244 p.  
*Indivíduo e Comunidade na Filosofia de Kierkegaard*, Marcio Gimenes de Paula

**EDITORA PUC-RS**

*Democracia e Inclusão Social*, Luiz Carlos Bombassaro, Thomas Krüggeler e Ricardo Timm de Souza (orgs.), 266 p.  
*Filosofia, Ciência, Complexidade*, Adriano Nogueira, 200 p.

**EDITORA UCG**

*A Capacidade de Julgar – Um Diálogo com Hannah Arendt*, Rosângela Chaves, 196 p.  
*Um Mapa da História Sobre o Mapa da Ficção*, João Batista Cardoso, 140 p.

**EDITORA UFJF**

*Cultura e História da Educação*, Dalva Carolina Yazbeck e Marlos B. Mendes da Rocha (orgs.), 252 p.  
*Derrida e o fim da história*, Stuart Sim, 69 p.

**EDITORA UFG**

*A encruzilhada socioambiental*, Laerte G. Ferreira Jr., 240 p.  
*Celebração*, Miguel Jorge, 164 p.

**EDITORA UFGD**

*Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução*, Eudes Fernando Leite, 106 p.  
*A teia do contar na Nhecolândia: a personagem lendária mdozoão*, Áurea Rita de Ávila Lima Ferreira, 186 p.

**EDITORA UFMG**

*Artimanhas da sedução - homossexualidade e exílio*, Karl Posso, Marie-Anne Kremer (trad.), 293 p.  
*Modernidades alternativas na América Latina*, Eneida Maria de Souza e Reinaldo Marques (orgs.), 495 p.

**EDITORA UFPE**

*Historia do Pensamento Socialista e Libertario*, Christine R. Dabat e Maria do S. Abreu e Lima, 284 p.  
*Atlas de Morfologia Microscópica*, Paulo A. Padovan, Isairas P. Padovan e Luciana Andrade Tavares, 194 p.

**EDITORA UFPR**

*Para pensar outra agricultura*, Angela D. Damasceno Ferreira, Alfio Brandenburg (orgs.), 311 p.  
*A modernidade no sótão*, Dulce R. B. Osinski, 325 p.

**EDITORA ULBRA**

*Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais*, Paulo Bassani, 166p.  
*Futsal – Ensino e Prática*, Carlos A. Tenroller, 152p.

**EDITORA UNIFESP**

*Estudo Anatômico do Movimento do Coração e do Sangue nos Animais*, William Harvey, 296 pp.

**EDITORA UNIJUI**

*Antropologia Filosófica*, Emildo Stein, 248 p.

**EDITORA UNIMEP**

*Sobre a Pedagogia* (5ª ed), Immanuel Kant, Francisco Fontanella (trad.), 107p.

*Direito e Cidadania na Pós-Modernidade*, J. A. Lindgren Alves, Gunther Teubner; Joaquim L. de R. Alvim e Dorothee S. Rüdiger (orgs.), 223p;

**EDITORA UNISINOS**

*Justiça e memória - Para uma crítica ética da violência*, Castor Bartolomé Ruiz (org.), 210 p.  
*Os gregos e nós*, Luiz Rohden (org.), 212 p.

**EDITORA UNISUL**

*O mochileiro e a analista*, Philippe Debled e Maria do Rosário Stotz, 350 p.  
*Política educacional e a criação do curso de pedagogia em Santa Catarina*, Leticia Carneiro Aguiar, 250 p.

**EDITORA UNIVALI**

*Química de produtos naturais, novos fármacos e a moderna farmacognosia*, Rosendo Augusto Yunes e Valdir Cechinel Filho (orgs.), 320 p.  
*Introdução às Relações do Comércio Internacional*, Joana Stelzer (org.), 190 p.

**EDITORA UNIVERSA**

*O Sofrimento e Seus Destinos*, Leônia C. Teixeira e Júlia S. N. F. Bucher-Maluschke (orgs.), 334 p.  
*Relações Internacionais o Desgaste da Nova Ordem Mundial*, Virgílio Arraes, 218 p.

**EDITORA UPF**

*Guardados da memória política: o caso dos Vargas*, Astor Antônio Diehl e Eliane Lucia Colussi, 263 p.  
*Física do solo*, Vilson Antonio Klein, 212 p.

**EDUEL**

*História, a ciência dos homens no tempo*, José Carlos Reis, 256 p.  
*Cartas de Vincennes-um libertino na prisão (Marquês de Sade)*, Gabriel Giannattasio (trad. e org.), 154 p.

**EDUFAL**

*Formação, Saberes Profissionais e Profissionalização em Múltiplos Contextos: Sentidos.Políticas.Práticas*, Vera Lúcia Bueno Fartes (org.), 359 p.

**EDUFBA**

*Cartografias da Ditadura e suas Moralidades: os Seres que Aprendemos a Ser*, Dinamara G. Feldens, 219 p.  
*A Vida Afetiva da Criança*, Ana Rita S. Almeida, 158 p.

**EDUFRN**

*A matemática no século de Andrea Palladio*, Iran A. Mendes (org.), 194 p.  
*Práticas inclusivas no Sistema de Ensino e em outros Contextos*, Lúcia A. R. Martins, José Pires, Gláucia N. da L. Pires, Francisco L.V. de Melo (org.), 240 p.

**EDUFSCAR**

*Cuidando da Vida: olhar integrativo sobre o ambiente e o ser humano*, Dóris Lieth Nunes Peçanha e Luciana Stoppa dos Santos, 128 p.  
*Sistema Kanban*, Muris Lage Junior,

**EDUNEB**

*Turismo de negócios - Motivações e Atitudes*, Maria Irene Canovas, 194 p.  
*Agbon:Arte, beleza e sabedoria ancestral africana*, Ronaldo M. dos Santos, 194 p.

**EDUNISC**

*Educação humanizadora e os desafios da diversidade*, Valdo Barcelos, Celso I. Henz e Ricardo Rossato (orgs.), 200 p.  
*A valsa da medusa*, Valesca de Assis, 120 p.

**EDUSP**

*Por Uma Economia Política da Cidade*, Milton Santos, 144 p.  
*O Centro da Cidade do Salvador*, Milton Santos, 208 p.

**IMPrensa Oficial**

*Desenhando São Paulo: mapas e literatura: 1877-1954*, Maria Lúcia P. Passos e Teresa Emídio (orgs.), 166 p.

OFICINA DO LIVRO **4**ENTREVISTA **5** Aníbal Bragança *Marcello Rollemberg*LIVROS SOBRE LIVROS **8** Livreiros e livrarias de outrora e de hoje *Claudio Giordano***11** Sempre te li, nunca te amei *Rodrigo Lacerda*ACERVO **14** Memória do Futuro *Wander Melo Miranda*ENSAIO **16** Coleção Documentos Brasileiros *Fábio Franzini*OUTRO LADO **30** Qualis LivrosBIBLIOTECA BÁSICA **32** História do Livro *Maria Midori Deaecto*LANÇAMENTOS **38**

## colaboradores desta edição

CLAUDIO GIORDANO é editor; bibliófilo e criador da Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes

FÁBIO FRANZINI é doutor em História Social pela FFLCH-USP e Professor do curso de História da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp / Campus Guarulhos.

LUIS CARLOS DE MENEZES é físico e Educador na Universidade de São Paulo

MARCELLO ROLLEMBERG é jornalista, escritor e professor universitário, é diretor de redação do *Jornal da USP*.

MARISA MIDORI DEAECTO é professora do Departamento de Editoração e Jornalismo da ECA-USP.

RODRIGO LACERDA é escritor e editor

SANDRA NUNES é professora da FAAP e da UNIFIEO, membro Comissão Editorial da Edifio.

WANDER MELO MIRANDA é professor titular e diretor-presidente da Editora da UFMG

## verbo.

Revista da Associação Brasileira de Editoras Universitárias. agosto 2008.

**diretoria de comunicação da ABEU**

Plínio Martins Filho

**assessoria de comunicação** Jorge Vasconcellos

**jornalista responsável** Marcello Rollemberg

**projeto gráfico** Marcela Souza

**fotos** capa e p. 16 – reprodução José Olympio - *O Editor*

e *sua Casa*; p. 5, 6, 37 – Cinzia Araújo; p. 5 – Romulo

Fialdini; p. 8, 10, 12 – reprodução do livro; p. 20, 21, 24

e 25 – Elaine Lourenço; p. 31 – Marcos Rosa e arquivo

peçoal; p. 32 – reprodução; p. 34 – Marisa Midori

**ctp, impressão e acabamento** Imprensa Oficial do

Estado de São Paulo

**ABEU – Associação de Editoras Universitárias****diretoria BIÊNIO 2007-2009**

*presidente* Valter Kuchenbecker – ULBRA

*vice-presidente* Flavia Goulart Mota

Garcia Rosa – EDUFBA

*diretor secretário* João Carlos Canossa P.

Mendes – ED. FOCRUZ

*diretor financeiro* Honório Rosa

Nascimento – UFSM

*diretora de eventos* Sheila Diab Maluf

– EDUFAL

*diretor de comunicação* Plínio Martins

Filho – EDUSP

**DIRETOR DE DEFUSÃO EDITORIAL** Alcides

Buss – UFSC

*diretor norte* Nilson Santos – EDUFRO

*diretora nordeste* Maria Nadija Nunes

Bittencourt – EDUNEB

*diretora centro oeste* Elizabeth

Madureira Siqueira – EDUFMT

*diretor sudeste* Renato Casimiro

– EDUERJ

*diretora sul* Neide Maria Jardinette

Zaninelli – EDUEL

*secretário* Rubens Nery

Av. Fagundes Filho, 77 – sala 24 – Vila

Monte Alegre

São Paulo – SP – cep 04304-010

t 11 5078 8826

**www.abeu.org.br**

abeu@abeu.org.br

